



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
NÍVEL MESTRADO

ECOLALIA E METÁFORA: UM ESTUDO APOIADO NA TEORIA DA
ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

ANA FABRÍCIA RODRIGUES DE SOUZA XAVIER

Recife, 2017



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
NÍVEL MESTRADO

**ECOLALIA E METÁFORA: UM ESTUDO APOIADO NA TEORIA DA
ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE**

ANA FABRÍCIA RODRIGUES DE SOUZA XAVIER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Autora: Ana Fabrícia Rodrigues de Souza Xavier
Orientadora: Prof^a Dr^a Isabela B. do Rêgo Barros

Recife, 2017

ANA FABRÍCIA RODRIGUES DE SOUZA XAVIER

**ECOLALIA E METÁFORA: UM ESTUDO APOIADO NA TEORIA DA
ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Isabela Barbosa do Rêgo Barros
UNICAP - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez
UFPE - Examinadora externa

Prof^a Dr^a Renata da Fonte
UNICAP - Examinadora interna

Recife, 2017

*Dedico este trabalho
ao meu maior presente: Eduarda Catarina,
minha inspiração. Embora tão nova ainda,
tem força e convicção, um exemplo para
mim.*

AGRADECIMENTOS

Ao Deus supremo, Jeová, criador de toda forma de vida, agradeço. Sem Ele não teria forças para continuar na empreitada da busca do conhecimento.

A minha família que sempre esteve ao meu lado, dando todo o apoio possível, me proporcionando sempre um lugar tranquilo e reservado para as horas de muitas leituras e reflexões.

À Zuleide, pela mãe companheira e dedicada de sempre, que mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar, proporcionou aos filhos o melhor que poderia nesse aspecto. Incentivando, criando meios, sendo exigente, mas com todo o amor que uma mãe pode demonstrar.

À Raquel, pela irmã maravilhosa que é, um exemplo de determinação e razoabilidade: “Obrigada!”.

À Eduarda Catarina, pelas horas que retirei do seu convívio e dediquei ao meu estudo. Agradeço, filha, por compreender essa ânsia de aprender que é arraigada a mim.

À João Rodrigues (in memoriam), por me ensinar as coisas simples da vida e me despertar curiosidades, me fazer sentir importante e acreditar em mim e nos meus projetos.

À Professora Doutora Isabela Barbosa do Rêgo Barros, minha orientadora, pela compreensão, alegria e paciência de sempre! Por esclarecer as minhas dúvidas, iluminar meus caminhos, abraçar o meu projeto e confiar em mim. Obrigada! Além de uma profissional ética e muitíssimo inteligente, é uma pessoa amada e admirada por todos pela humanidade que transborda.

Aos amigos do Mestrado que compartilharam comigo desses momentos de aprendizado.

Aos imprevistos da vida, por me mostrarem que, às vezes, precisamos mudar a rota e enfrentar outros desafios e por me fazerem compreender que esses desafios podem me levar a caminhos melhores do que os primeiros traçados. Não acredito em “Escrever certo por linhas tortas”, torta pode está a nossa maneira de enxergar novas possibilidades.

Um agradecimento afetivo também à Paula Cristina, Cristiene Tenório, Tatiana Brandão, Luciane Lucena, e aos meus alunos que vibram comigo a cada conquista.

“O vento é sempre o mesmo, mas sua resposta é diferente em cada folha. Somente a árvore seca fica imóvel entre borboletas e pássaros”

— Cecília Meireles

RESUMO

Este trabalho intenciona discutir a metáfora relacionando-a à ecolalia, trazendo algumas perspectivas sobre o assunto no campo enunciativo, que considera a subjetividade da fala colocando o sujeito no centro das discussões. Analisamos a ecolalia, enquanto transtorno de linguagem, associando-a ao conceito de linguagem metafórica sob o escopo da perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (1991, 2006). Escolheu-se realizar uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada com o objetivo explicativo, seguindo o procedimento bibliográfico, porque se julgou necessário se investigar a ecolalia de um outro lugar que não de uma repetição descontextualizada da fala de outrem. Para tanto, se relacionou a temática em questão com a metáfora, por se encontrar semelhança no fato de ambas representarem uma possível transposição analógica no discurso. Após análise do conceito de metáfora sob os aspectos clássico, estruturalista, funcionalista, cognitivo e enunciativo, confrontando-os com a noção de ecolalia dentro do campo linguístico, fonoaudiológico e psicanalítico, trazendo para discussão exemplos ilustrativos de linguagem ecolálica retirados de publicações científicas especializadas, que se pôde perceber que é na analogia que se faz dentro do discurso do falante, no processo de resignificação que marca sua singularidade, que se vê o sujeito atuante. Nesse momento, empreendemos que a fala ecolálica assume o papel não apenas de uma fala vazia, ou descorporificada, mas de uma linguagem metafórica do ponto de vista enunciativo. Os resultados encontrados, através das análises em casos de Autismo e um caso de Alzheimer, corroboram para uma nova percepção da ecolalia: como uma marca única de fala que resignifica, ou seja, apresenta um sentido dentro de um contexto.

Palavras-chave: metáfora; ecolalia; enunciação.

ABSTRACT

This work intends to discuss the metaphor relating it to the echolalia, bringing some perspectives on the subject in the enunciative field, that considers the subjectivity of the speech putting the subject in the center of the discussions. We analyzed echolalia, as a language disorder, associating it with the concept of metaphorical language under the scope of Émile Benveniste's Theory of Enunciation (1991, 2006). It was chosen to perform a qualitative research of an applied nature with the explanatory objective, following the bibliographic procedure, because it was deemed necessary to investigate the echolalia of a place other than a decontextualized repetition of the speech of another. For this, the subject in question was related to the metaphor, because it is similar in the fact that both represent a possible analogical transposition in the discourse. After analyzing the concept of metaphor under the classical, structuralist, functionalist, cognitive and enunciative aspects, confronting them with the notion of echolalia within the linguistic field, phonoaudiological and psychoanalytic, bringing to the discussion examples illustrative of echolonic language taken from specialized scientific publications, that one can perceive that it is in the analogy that is made within the discourse of the speaker, in the process of resignification that marks its singularity, that the acting subject is seen. In this comment, we undertake that the echolalia speech assumes the role not only of an empty speech, or disembodied speech, but of a metaphorical language from the enunciative point of view. The results found, through the analysis in cases of Autism and one Alzheimer's case, corroborate a new perception of echolalia, which is no longer seen as an "empty" speech, but as a single speech mark that re-means, that is, presents a sense within a context.

Keywords: metaphor; echolalia; enunciation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	Eixos sintagmático e paradigmático. Retirado de http://letrasoquetexto.blogspot.com.br/2013/10/.....	25
-------------------	---	----

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: Metáfora.....	14
1.1 Metáfora em Aristóteles.....	16
1.2 Sentido próprio e sentido figurado em Saussure.....	18
1.3 Metáfora e metonímia em Jakobson.....	23
1.4 Metáfora pela linguística cognitiva.....	26
1.5 Metáfora enunciativa.....	31
CAPÍTULO 2: A fala ecológica	43
METODOLOGIA	51
ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	53
CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO

A fala ecolálica por ser aspecto peculiar em algumas síndromes tem sido alvo de pesquisas de diversas áreas (OLIVEIRA, 2006), a exemplo da Psicologia, da Fonoaudiologia e da Pedagogia. Cada campo do saber enfoca diferentes pontos de vista relacionados ao tema como: tipos de ecolalia, descrição do sintoma, a diferença da fala especular e patológica, entre outros. Porém, buscamos estudá-la dentro do campo linguístico enunciativo, e identificá-la como pertencente a uma linguagem metafórica.

Muito se tem hoje sobre metáfora (FILIPAK, 1983, ARISTÓTELES, 1996, LAKOFF E JOHNSON 2002) nos estudos da gramática, da poética, da linguística cognitiva, todas com várias respostas teóricas e inúmeras abordagens sobre esse fenômeno linguístico. Aristóteles (384 - 322 a.C.), filósofo grego e estudioso de diversas áreas como: poesia, drama, música, lógica e retórica, por exemplo, já falava sobre a metáfora nos seus estudos sobre a linguagem. Para ele, o recurso linguístico denominado *metaphorá* teria implicações em vários campos (FILIPAK, 1983). Para Aristóteles, tratava-se de uma figura de estilo, usada como artifício de estética, que surge da imaginação por haver semelhança implícita entre dois elementos. Ou seja, ocorre um distanciamento do modo literal de se pronunciar algo e se faz associações com palavras ou expressões cujo significado antes não lhe pertencia.

Ferdinand de Saussure (1975), linguista e filósofo, explica a linguagem humana por meio das definições de língua e linguagem. Esta última pertence ao sistema fechado da língua, porém infere que a língua pode falar sobre seu objeto, que lhe é exterior. Temos daí a função dupla da língua, caracterizada como externa e interna, sendo esta o sintagma e o paradigma e aquela, a função referencial. Um dos autores que se vale de estudo prévios de Saussure é Jakobson (1975), o qual se destaca na temática da linguagem metafórica, especialmente no seu estudo sobre afasias.

Baseado nas teorias de Saussure, Jakobson (1975) cria uma nova análise ao dizer que o falante escolhe os termos por substituição, os quais são termos paradigmáticos, e combina os mesmos dentro de uma sequência lógica associativa, sintagmática, um ato de combinação.

Jakobson (*idem*) compreendia os processos metafóricos e metonímicos equivalente ao que admitia Saussure sobre os movimentos do signo dentro de um sistema, porém este não discutiu sobre metáfora ou metonímia. Mas, Saussure (1995) tratou das relações associativas e

sintagmáticas, as quais constituem as duas linhas centrais que correspondem aos dois modos essenciais do trabalho linguístico.

A partir dessa observação dos termos por substituição e por combinação, Jakobson avança nos estudos e compreende a linguagem também por seus aspectos desviantes, identificando na afasia uma alteração relacionada a esses eixos de linguagem, e neste segmento, observa-se um estudo valoroso no campo da metáfora e da metonímia.

Dessa forma, alguns caminhos podem ser tomados nesse estudo. Dentre tantos aspectos relacionados à metáfora, pode-se tratar dos relacionados à enunciação, no que tange ao aspecto da linguagem subjetiva, e há algumas facetas que se fazem relevantes na produção e compreensão desse fenômeno linguístico, considerando-se que toda metáfora tem seus aspectos linguísticos e comunicativos. Flores (2013), no seu artigo sobre “Enunciação e metáfora na linguagem da criança: um esboço de estudo”, cita “*Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*”, texto de 1963 de Èmile Benveniste, e no seu artigo, ao analisar esse trabalho de Benveniste, questiona o pouco de pesquisa que existe tratando da metáfora associada à enunciação, mas aborda a questão levantada por Benveniste de existir uma “transferência analógica que se constrói no discurso”, esta seria considerada uma linguagem metafórica (FLORES, 2013).

Destacamos que a perspectiva de linguagem que será abordada nesta pesquisa é a da Teoria da Enunciação de Èmile Benveniste (1991), a qual não desconsidera a estrutura linguística, mas leva em conta o sujeito, considerando-se que a língua na enunciação é usada em condições de tempo, espaço e pessoa (eu e tu).

Segundo Benveniste (1991, p.288): “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. Para o autor, o sujeito tem como condição a linguagem e nesta entende-se como indivíduo. A subjetividade é concebida como a capacidade do locutor para se propor como sujeito”. Dessa forma, todo indivíduo teria sua subjetividade revelada pelo processo enunciativo. Ao enunciar, uma pessoa se constitui sujeito. Temos que:

[...] como uma unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência [...], não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. (BENVENISTE, 1995, p. 286).

O enunciado é um ato individual que constitui um sujeito, aquele que enuncia, produz um ato de fala. Porém este alguém não está sozinho, porque a enunciação constitui um diálogo entre dois sujeitos, dentro de uma competência linguística. Daí, concebe-se o discurso, que é uma relação verbal entre dois sujeitos – locutor e alocutário. Este processo enunciativo instaura no

discurso a subjetividade. Não se pode desconsiderar também o monólogo, que é considerado por Benveniste (1991) no capítulo “O aparelho formal da enunciação” como um ato de introspecção quando o falante aborda a si mesmo e institui um diálogo interior.

Porém, nesse processo enunciativo, surgem algumas alterações que dificultam a interação dos interlocutores, falamos em interlocutores, pois para Benveniste, na enunciação verificamos dois sujeitos no processo discursivo. Benveniste pensa a língua como ato social, o homem se define na língua, se apropria da língua para falar com o outro. Um desses sintomas é a ecolalia, entendida por alguns apenas como um processo de repetição de palavras sem função comunicativa e que não seria constituinte da comunicação humana, dessa forma, o falante que sofre com a “desordem da fala” não seria sujeito (OLIVEIRA, 2003). Partindo do conceito de pessoa e de subjetividade para Benveniste, encaramos a ecolalia como um fenômeno de linguagem de ordem metafórica que deve ser considerado levando em conta os aspectos linguísticos comunicativos que a permeiam.

No entanto, um estudo limitado se tem sobre a metáfora relacionada ao processo enunciativo, então, buscamos neste trabalho contribuir para as pesquisas da metáfora na enunciação, levando em conta os estudos da Linguística Enunciativa de Benveniste. Outro aspecto relevante que mencionaremos é o da ecolalia enxergada a partir de outro ângulo que não seja uma fala vazia na qual não habita sujeito, pois a entendemos como uma linguagem com características metafóricas.

Intencionamos, portanto, discutir a metáfora relacionando-a à ecolalia, especialmente, levando em conta a subjetividade da fala que considera o sujeito o centro da teoria enunciativa. Para isso, analisaremos o conceito de ecolalia relacionando-o ao conceito de linguagem metafórica sob o escopo da perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Procuramos identificar as características linguísticas da ecolalia e verificar na fala ecolálica uma linguagem com características de metáfora.

No primeiro capítulo, a metáfora é abordada por diferentes autores, mas uma ênfase será dada a teoria enunciativa de Benveniste. Apresentamos a fundamentação teórica da metáfora desde os primórdios com Aristóteles (1996) que a considerava como ornamento de linguagem. Também analisamos o sentido figurado em Saussure (1975) que serviu de base para as pesquisas em Jakobson (1975). Em seguida, abordamos a metáfora na linguística cognitiva, com destaque para as teorias de Lakoff e Johnson (2002). Chegando, finalmente, à metáfora enunciativa pelos estudos de Benveniste (1991). Neste ainda, discutimos à base da metáfora enunciativa ao analisarmos o conceito de pessoa e não pessoa instituído por Benveniste. Partimos da perspectiva de que para existir metáfora precisa existir um sujeito que se comunica.

O segundo capítulo considera a ecolalia sob diferentes concepções e a possibilidade de existir uma linguagem metafórica nesta. Para tanto, analisamos os tipos de ecolalia e a fala ecolálica, sabendo-se que existem diferentes tipos de ecolalia e que em alguma instância pode ser vista uma subjetividade (VORCARO, 1999). Confrontamos tal análise com a metáfora enunciativa no intuito de chegar a uma resposta coerente sobre a existência da linguagem metafórica em alguns casos de ecolalia.

Nas análises e discussões, vimos três casos de crianças com Autismo, dois casos na perspectiva de Oliveira (2006), que buscava diferenciar o que seria especular e o que seria uma fala ecolálica, e um estudo de caso de Barros (et al., 2013), que tinha como intenção encontrar na ecolalia algo mais do que apenas uma fala estereotipada e que nada comunica. Ainda foi analisado um caso de ecolalia na fala de uma paciente com DA¹, nesta ocorrência, Cruz (2008), compreende a ecolalia dos falantes desse grupo como fundamental para que mantenham as atividades cognitivas, posto que a doença lhes acomete as células cerebrais.

Pretendemos colaborar com os estudos no campo da ecolalia e sugerir um novo olhar: que esta fala possa ser enxergada de outra maneira, como uma linguagem que pode comunicar. A partir do momento que identificamos na ecolalia um movimento de linguagem por meio da utilização de um recurso linguístico que em sua natureza esconde para mostrar, diz por caminhos indiretos, acreditamos que podemos ir além de discussões teóricas no campo linguístico e atestar a presença de um sujeito, baseando-nos na concepção da linguística enunciativa que traz discussões em torno da subjetividade na linguagem. Esperamos que este estudo sirva de reflexão e de embasamento para outros estudos sobre a ecolalia na área de linguagem.

¹ Sigla para Doença de Alzheimer. O **Alzheimer** é uma **doença** neuro-degenerativa que implica no declínio das funções cognitivas, e consequência disso, se reduz as capacidades de trabalho e relação social, comprometendo o comportamento e a personalidade.- Associação Brasileira de Alzheimer

Capítulo 1: METÁFORA

A metáfora já foi e é estudada nos campos filosóficos, linguísticos e estéticos e muito se tem ainda para estudá-la. Para Aristóteles (FILIPAK, 1983), esta seria um termo mais amplo que englobaria todas as figuras retóricas em geral. Debaixo desse pensamento, na Poética (capítulos 21-25) e na Retórica (livro III), o filósofo define metáfora como sendo “o transporte a uma coisa de um nome que designa um outro quer do gênero à espécie, quer da espécie ao gênero, quer da espécie à espécie ou segundo a relação de analogia” (ARISTÓTELES, 1964)

Para Aristóteles, havia quatro formas de se perceber a metáfora: a primeira seria uma relação de sentido entre gênero e espécie, a segunda – de espécie a gênero, que seria uma forma inversa à primeira, a terceira que seria de espécie a espécie, significando que há uma semelhança entre ambos, sendo considerada mais puramente metáfora, e finalmente, propõe Aristóteles, o quarto e último termo que seria o analógico. Entende-se este último como sendo a analogia feita entre dois pares semanticamente parecidos, surgindo daí uma relação metafórica analógica. Este último tipo de metáfora, para a retórica pós-aristotélica, é a mais verdadeira, por possuir uma relação analógica semelhante entre dois significantes, uma transfere características a outra que assume como suas, surgindo o processo metafórico por comparações.

Após Aristóteles veremos Cícero, Horácio, Longinus e Quintiliano aceitar a ideia aristotélica de metáfora como sendo um ornamento para a linguagem, sendo esta transferência de sentido, ou comparação, usada para embelezar o texto.

Os pensadores do século XX a citam na visão que os românticos tinham sobre o assunto, ou seja, que a metáfora não era apenas um embelezador da linguagem vulgar, mas sim outra maneira de ver a realidade, sendo considerada uma representação da imaginação. Sendo assim, acreditavam que a metáfora era, uma forma de representar.

Coleridge apud Gokak (1975), o grande poeta romântico, conceituou a metáfora como "*imagination in action*". Este recurso linguístico, seria totalmente associado à linguagem, que por sua vez é essencialmente metafórica. Acreditando nisso, Coleridge acompanhava às aulas de seu amigo Humphry Davy, que era químico, para ficar a par do uso que este fazia das metáforas ao explicar sua disciplina.

Comprovando até onde pode chegar este uso linguístico no campo da ciência, Fox Keller destaca:

Até recentemente a célula espermática tem sido descrita persistentemente como "**ativa**", "**forte**" e "**autopropulsada**", sendo capaz de "**furar**" a coberta

do óvulo e "**penetrar**" no mesmo, ao qual entrega seus genes, e de ativar o programa de desenvolvimento. Pelo contrário, a célula do óvulo é "**transportada**" e "**arrastada**" passivamente ao longo da trompa de Falópio até que é "**atacada**", "**penetrada**" e "**fertilizada**" pelo esperma. [grifos nossos]. (1996, p. 53).

Observa-se o uso de metáforas para fazer a retórica no campo de pesquisas científicas, obviamente por acreditar-se no seu poder esclarecedor, usando associações com o dia a dia, corroborando para o entendimento conceitual. Foram usadas para explicação de termos complexos para que os demais públicos pudessem compreendê-los melhor.

Relata-se que os letrados europeus da primeira metade do século XVIII utilizavam metáforas para refletir à luz da sabedoria em contraste com as trevas da ignorância. Este recurso não era novo. Este processo do bem contra o mal é antigo e está nas raízes do cristianismo. Os termos “luz, luzes, ideias luminosas”, eram metáforas que os filósofos usavam para mostrar que aquelas ideias que surgiam eram mais do que ideias e sim uma postura nova diante do conhecimento, especialmente uma crítica direta à Idade das Trevas.

Compreende-se, então, que a metáfora não teria apenas efeito ornamental, mas seria um recurso fortemente usado para explicação de conceitos. Usa-se no cotidiano ao se explicar algo, usa-se na linguagem poética, na científica e também como recurso argumentativo, como ressalta Mio et al (1996).

A metáfora é pouco estudada no campo enunciativo, mas surge em alguns trabalhos. Flores (2013), ao estudar os escritos de Benveniste e sua teoria enunciativa, traz a noção de metáfora abordada pelo autor, no capítulo 2 da obra Problemas de linguística Geral (PLG), volume 1 (1991):

A linguagem oferece o modelo de uma estrutura relacional, no sentido mais literal e mais compreensivo ao mesmo tempo. Ela coloca em relação, no discurso, palavras e conceitos e produz assim, na representação de objetos e de situações, *signos* que são distintos dos seus referentes materiais. Institui essas transferências analógicas de denominações que chamamos metáforas, fator tão poderoso do enriquecimento conceptual. Encadeia as proposições no raciocínio e torna-se o instrumento do pensamento discursivo. (BENVENISTE, [1963], 1966, p. 28)

Nesse trecho, o estudioso aborda a linguagem dentro de uma estrutura relacional, que no discurso envolve palavras (enquanto discurso e não significante) e conceitos que criariam signos diferenciados dos seus primeiros referenciais, estes seriam “transferências analógicas de denominação”- metáforas.

1.1 Metáfora em Aristóteles

Aristóteles, filósofo grego e seguidor das ideias de Platão, teve seu trabalho voltado para várias áreas do saber, especialmente na filosofia. Os seus trabalhos foram compilados por estudiosos e chegaram até os nossos dias, sendo base de autoridade em diversos estudos. Aristóteles foi um dos primeiros a tratar do tema metáfora e para ele, a metáfora estava relacionada à retórica e à poética.

Os primeiros estudos elaborados por Aristóteles nesse assunto datam do século IV a.C (COIMBRA, 1999, p. 04), no qual, o grande filósofo defendia a ideia de que metáfora “[...] consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia” (ARISTÓTELES, 1996, cap. XXI, 1457b-6, p. 92). Segundo Coimbra (1999), a intenção de Aristóteles era a substituição de um nome estranho ou difícil de ser compreendido por outro, e que a metáfora seria um empréstimo ou uma analogia que visava esclarecer um termo.

Ricouer (2005), ao se referir à metáfora e sua concepção por Aristóteles, afirma que o mesmo não tinha o interesse de definir a metáfora como comparação, mas aceitava a comparação como uma metáfora. Ainda, segundo o autor, a metáfora seria uma comparação subentendida, entretanto, a comparação seria uma metáfora engendradora. Aristóteles considera, então, a superioridade da metáfora sobre a comparação.

Ricoeur começa os estudos sobre a metáfora com uma retomada aos estudos de Aristóteles. O autor aponta que existem duas áreas bem distintas em que se pode estudar a metáfora em Aristóteles: na retórica e na poética. Ambas as áreas são temas de duas obras do renomado autor. Segundo Lakoff (apud ORTONY, 1993, p. 202), desde Aristóteles, os teóricos viam a metáfora como próxima da linguagem poética. Nesta perspectiva, as metáforas não faziam parte da linguagem cotidiana, mas a palavra “metáfora” era definida como uma expressão poética da língua em que uma palavra era usada fora do seu significado habitual para representar outro conceito.

De acordo com os estudos de Ricouer (2005), Aristóteles compreende a metáfora caracterizada como um termo estrangeiro, pertencente ao outro campo ou emprestado. Na retórica aristotélica, concebe-se a metáfora como uma palavra que apresenta um significado mais abrangente, ou seja, um hiperônimo² de diversos tipos de transferências ou empréstimos.

² Hiperônimos: Do grego *hyperonymon* (hyper = acima, sobre/ onymon = nome), são palavras de sentido genérico, ou seja, palavras cujos significados são mais abrangentes do que os hipônimos. (CUNHA, OLIVEIRA, MARTELOTTA, 2003)

Porém, nas obras “Retórica” e “Poética” a metáfora é um recurso persuasivo, pois, para o autor, a poesia tinha um caráter persuasivo.

Para os gregos, a persuasão, a oratória e o teatro eram de suma importância. Os sofistas, por exemplo, utilizavam a retórica, inclusive a ensinando, mesmo antes de Aristóteles. Mas, os ensinamentos do autor sobre esse assunto vão além, dão novas dimensões e um sofisticamento à retórica, compreendida por este como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, RETÓRICA, LIVRO I, p. 95). Também na poética, o escritor compreendia a importância da persuasão, mesmo no que tange à arte imitando a vida.

Temos em Aristóteles que:

Na verdade, todos falam por meio de metáforas e de palavras no seu sentido “próprio” e “apropriado”, o que deste modo demonstra que, se se compõe corretamente, o texto resultará algo de não familiar, mas, ao mesmo tempo, será possível dissimulá-lo e resultar claro (idem, LIVRO III, p.246)

É, sobretudo, a metáfora que possui clareza, agradabilidade e exotismo, e ela não pode ser extraída de nenhum outro autor (idem, p.246).

Algumas (metáforas), porém, não resultam claras se provierem de algo muito afastado, tal como Górgias, ao formular ‘atos pálidos e exangues’. De fato, isto é demasiado poético (idem, p.251).

Nessas abordagens sobre a metáfora, o autor fala da importância da metáfora no contexto do discurso, também do exotismo, do “diferente” que esta traz consigo, embora seja instrumento de clareza, portanto usada como elemento persuasivo. E ressalta que algumas metáforas, no tocante ao estilo, eram formadas pelas dessemelhanças, eram exageradas e consideradas como frívolas.

O caráter enigmático das metáforas era interessante para Aristóteles, ele nos fala de palavras no seu “sentido apropriado” e as “mais agradáveis” (idem, p.265), essas sendo as metáforas. Uma palavra, com um conceito conhecido, empregada em determinado contexto, poderia gerar um “desconhecimento”, um teor enigmático e inteligível para o autor, que nos diz: “É, com efeito, a partir de bons enigmas que se constituem geralmente metáforas apropriadas” (ARISTÓTELES, RETÓRICA, LIVRO I, p. 248).

Em suma, a metáfora é concebida em Aristóteles como recurso de linguagem, essa estaria para o discurso poético ou retórico na condição de embelezar e persuadir o ouvinte. Segundo Vereda (2006), os políticos estariam para a metáfora que defendia Aristóteles, pois esses usariam a metáfora para “esvaziar” (2006, p. 02) o seu discurso, desviar a atenção do literal, que seria o sério, e empregar termos metafóricos impactantes para atrair a atenção dos ouvintes.

Também observamos em Aristóteles que ele reconhecia o trabalho intelectual em que a metáfora estava inserida:

(...) pode sinalizar que Aristóteles reconheceria o papel cognitivo da metáfora, na medida em que ela propicia aprendizado (de conceitos, palavras etc), não sendo a sua visão a de que a metáfora seria apenas um artifício vazio. (SARDINHA, 2007, p. 21)

Embora o autor tenha deixado uma lacuna em alguns momentos, especialmente em uma maior explicação sobre o literal e o não literal, ele é considerado como “o pai de metáfora”, por ter sido um dos primeiros a tratar do assunto. Nessa vertente, retomaremos os estudos de Saussure (1995) sobre os sentidos da linguagem e a ideia de valor que está presente na língua.

1.2 Sentido próprio e sentido figurado em Saussure

Ferdinand de Saussure (1995) deixou muitas contribuições no campo linguístico, entre elas estão as suas famosas dicotomias: língua e fala, sintagma e paradigma, sincronia e diacronia e significante e significado. A partir dessas ideias foram se formando várias correntes de estudos, os que os contrariavam eram do Funcionalismo³, e os que o seguiam eram do Formalismo⁴ (DOSSE, 1993).

É interessante relembramos o que significava para Saussure esses dois eixos essenciais ao funcionamento da língua para, em seguida, compreendermos como Jakobson conduz os seus estudos sobre metáfora e metonímia tendo como base esse entendimento difundido por Saussure.

No prefácio do Curso de Linguística Geral (2013), ao tomarmos nota do que encontraremos na obra, Charles Bally nos remete à insatisfação de Ferdinand de Saussure com os métodos de estudo da Linguística, por isso, por anos este pesquisou as leis que poderiam guiar o seu pensamento.

Saussure reconhece então como objeto de estudo da Linguística a própria língua. Porém, o que seria a língua para o mestre genebrino?

Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um

³ “O funcionalismo é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo e gerativismo, se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas.” (CUNHA, 2008, p.157)

⁴ Segundo Neves (1997), o polo formalista tem seus maiores expoentes no estruturalismo norte-americano (BLOOMFIELD, HARRIS e outros) e, em um sentido menos rigoroso, no gerativismo de Noam Chomsky. Já o funcionalista tem seus representantes na Escola de Praga e nos modelos de gramática de Halliday e Dik.

produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 2013, p. 41).

Saussure começa, então, a definir a língua como social, cujos valores são apresentados pela coletividade.

A metáfora, fenômeno linguístico, não é tratada diretamente por Saussure, porém justificamos a presença do escritor neste trabalho, pois ele exerce um papel fundamental para o conceito de metáfora. Saussure traz ideias que permeiam a metáfora ao discutir sobre a figura de linguagem comparação na teoria de associação que considera como objeto de linguagem. Esse ato de associação aconteceria em cada retomada em que houvesse o implícito, ou seja, o que estivesse subentendido (NORMAND, 2009).

De acordo com Saussure na questão do valor do signo linguístico, Normand (2009) ressalta que nas relações peculiares do signo, existe a combinação de significante e significado que leva ao termo significação. Argumenta que essa relação que forma o signo admite termos concomitantes na língua. Segundo a autora, falar de valor acarreta a necessidade abordar léxico e gramática e que a definição de valor e sua ligação com o de diferença, para Saussure, nos mostra a autenticidade da língua e do termo sistema.

Ao tratar das relações sintagmáticas e associativas, no capítulo VI do CLG, temos que “um dado termo é como o centro de uma constelação” (idem, 2009), ou seja, a língua apresenta possibilidades:

A língua como sistema de diferenças, sem termos positivos, implica (contém, mesmo que não seja realmente produto) o desaparecimento do pressuposto clássico de um sentido sempre já lá, idêntico a si mesmo sob formulações diversas (pois a identidade linguística é apenas uma relação). Desaparecimento, portanto, também do sentido próprio, original, que perde seu poder de jurisdição, uma vez que todas as diferenças se equivalem; em um campo sincrônico, nenhuma delas pode valer-se de privilégios com base em qualquer tipo de anterioridade. (NORMAND, 2009).

Um termo não seria superior a outro porque há uma relação de equivalência entre os sentidos, embora haja diferenças entre os termos. Dessas diferenças, observa-se agrupamentos na ordem do discurso, que é o sintagma, e na ordem do paradigma, da percepção, do discernimento. Um mesmo signo pode assumir diferentes sentidos sem que o termo sofra alteração na sua composição, ou seja, um termo pode apresentar diferentes valores, sem que sua estrutura seja modificada. Isso está em consonância com as palavras:

[...] a língua repousa sobre um certo número de diferenças ou de oposições que ela reconhece, sem se preocupar essencialmente com o valor absoluto dos termos opostos, que poderá variar consideravelmente, sem que o estado de língua seja destruído (SAUSSURE, 2002, p. 37).

Saussure, ao usar o termo valor, abre a possibilidade de estudos de sentidos nos quais concebe-se a metáfora. É na diferença do signo, na sua negatividade que se permite uma gama de significações e mesmo assim chegando à atribuição delimitada de valor. De acordo com o autor, “o sentido pode variar numa medida infinita sem que o sentimento de unidade do signo seja, nem mesmo vagamente, atingido por essas variações” (SAUSSURE, 2002, p. 48).

Barthes afirma que,

[...] era uma abstração bastante arbitrária (mas inevitável) tratar do signo “em si”, como somente a união do significante e o significado. Impõe-se, para terminar, considerar o signo não mais por sua “composição” mas por seus “contornos”: é o problema do *valor*. [...] o valor tornou-se para êle [Saussure] conceito essencial, mais importante afinal do que o de significação (que êle não recobre). O valor tem uma estreita relação com a noção de língua (oposta à fala); leva a despsicologizar a Lingüística e a aproximá-la da Economia; êle é, pois, central em Lingüística Estrutural (BARTHES, 1979, p. 56).

Ou seja, o valor, a unidade do signo, mesmo que permita muitas possibilidades de representação, mantém seu sentido original, delimita demarcação de sentido. No que diz respeito ao fato linguístico, concernente à questão do valor, Saussure, ao comparar a língua a uma partida de xadrez, nega a condição de existir um sujeito (jogador) consciente e que a premedite. Ou seja, seria compatível com a língua, como se no jogo desta não houvesse jogadores:

existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez tem a *intenção* de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam (SAUSSURE, 2006, p. 105).

Inferimos, portanto, que o sujeito não se acha nessa perspectiva como uma entidade consciente, mas apenas assume uma posição na língua. Considerando a ordem metafórica, a língua é constituída de diferenças.

Portanto, deve-se retomar ao fato de que, para o linguista, cada signo é determinado pelo que não é, pela diferença com outros signos, tendo em vista a grande possibilidade de significação de um signo. Este é delimitado na sua negatividade, ou seja, pelo que deixa de ser (SAUSSURE, 2002).

Ainda tratando do conceito de valor e significação, o CLG traz a relevância de entendermos as diferenças para não minimizarmos as definições a uma nomenclatura:

[...] em que difere o valor do que se chama *significação*? Essas duas palavras serão sinônimas? Não o acreditamos, se bem que a confusão seja fácil, visto ser provocada menos pela analogia dos termos do que pela delicadeza da distinção que êles assinalam. / O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícilimo saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer esta questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura (SAUSSURE, 1973, p. 132- 133).

Para Marques (2008), essa diferença entre significação e valor não seria tão grande, porém é interessante ressaltar a superioridade do termo valor. Isso estaria em consonância com o que Saussure fala nos Escritos:

[...] não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *idéia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que também é a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores* (SAUSSURE, 2002, p. 30).

Tratando-se do valor linguístico pelo aspecto conceitual, Saussure alega que ao se falar em valor de uma palavra, pensa-se na condição que esta tem de representar uma ideia. Sobre a questão de valor e significação serem a mesma coisa, o autor argumenta que o valor, tomado no seu aspecto conceitual é um componente de significação. Portanto, chega-se a conclusão de que valor e significação não se suprimem, mas há uma ligação de dependência.

Com o termo valor, Saussure admite, ainda que de forma distante, a possibilidade de uma discussão sobre metáforas (MARQUES, 2008). Considerando que existe a prerrogativa da delimitação de valor, depois de ocorrer a negatividade do signo e também a seleção nas múltiplas significações.

A língua como um fato social, apresenta uma maleabilidade em relação ao valor, isso ocorre porque o falante faz seleções concernentes ao seu discurso, ao que quer dizer, levando em conta a “variabilidade do sentido e suas inovações não se manifesta de forma linear e premeditada; antes, ocorre de maneira espontânea no momento da fala” (MARQUES, 2008). Sabemos que o sujeito falante é influenciado por sua cultura, trata-se de uma reação coletiva, pois esta predomina sobre o que é particular, individual.

Considerando ainda a relevância do coletivo, temos que:

Todas as modificações, sejam fonéticas, sejam gramaticais (analógicas), se fazem exclusivamente no discurso. Não há nenhum momento em que o sujeito submetta a uma revisão o tesouro mental da língua que ele tem em si, e crie, de espírito descansado, formas novas [...] que ele se proponha (prometa) a “colocar” em seu próprio discurso. Toda inovação chega de improviso, ao falar, e penetra, daí, no tesouro íntimo do ouvinte ou no do orador, mas se produz, portanto, a propósito de uma linguagem discursiva (SAUSSURE, 2002, p. 86-87).

Portanto, temos que as escolhas comunicativas são instituídas em determinados momentos com o objetivo discursivo, ou seja, de um grupo, da massa e determinam a possibilidade de mudanças na língua, no instante em que se fala.

No entanto, as mudanças na língua observadas na fala não atingem o conceito de valor linguístico. Este é inerente a língua, faz parte dela, e é inseparável por natureza. O mesmo surge da relação entre termos nos eixos sintagmáticos e associativos, por isso que o valor de uma palavra só é observado na posição ocupada pelo signo no discurso.

Saussure admite que na ideia de valor observamos uma peculiaridade: este é determinado por uma coisa diferente que se pode trocar, ou por outra equivalente, na qual se pode comparar (KOMATSU; HARRIS, 1993). Temos então que:

Os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos: 1º por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por uma outra cujo valor resta determinar; 2º por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa. [...] Para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: 1º que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; 2º que se pode compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema (um dólar etc.). Do mesmo, uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. (CLG, 134)

Portanto, Saussure afirma que na língua as relações entre os signos são regidas pela ideia de valor. Dessa forma, o autor diz que a um signo é possível atribuir múltiplos valores. Marques (2008) questiona então se a metáfora seria mais um valor do signo e responde citando Saussure (idem, 2002) ao afirmar que não existe diferença entre o sentido próprio e o figurado porque um sentido está onde o outro não está. Ou seja, um signo pode apresentar diversos sentidos por meio das relações de diferenças estabelecidas entre si (idem, 2002). Sendo assim, a metáfora pode ser compreendida no estruturalismo de Saussure como uma relação de sentido.

Logo, outros sentidos seriam atribuídos aos signos nas suas relações com outros signos, tem-se nessa relação a metáfora como valor linguístico. O autor assegura que “uma forma não significa, mas vale: esse é o ponto cardeal. Ela vale, por conseguinte ela implica a existência de outros valores” (SAUSSURE, 2002, p. 30). Portanto, aí estaria a metáfora: na existência de

outros valores nas escolhas de sentido. Entre as diferentes concepções que surgiram no estudo do sentido figurado da linguagem, destacamos, a seguir, Jakobson (1975) que adepto às ideias de Saussure, lança as bases de um valoroso estudo sobre o carácter duplo da linguagem ao mencionar a metáfora e a metonímia.

1.3 Metáfora e metonímia em Jakobson

Pensador russo de grande destaque no século XX, Roman Jakobson tornou-se pioneiro no estudo estrutural da linguagem. Pertenceu ao Formalismo Russo⁵, que objetivava o estudo da linguagem poética. O linguista fazia parte do Estruturalismo Europeu, teoria que entendia a língua como sistema que seguia uma certa ordem de funcionamento (COSTA, 1973) e sua nova perspectiva atribuída à metáfora e a metonímia, que antes eram consideradas apenas como figuras de linguagem pela retórica clássica, ganha destaque. Jakobson passou a dar um enfoque diferente à metáfora e à metonímia, e as considerou como parte do movimento linguístico e como uma explicação para as afasias, os distúrbios de linguagem. Segundo Morato (2001):

Na prática (isto é, na teoria), Jakobson ampliou, tendo como pano de fundo o estruturalismo e o funcionalismo lingüístico (sob sua forma mais produtiva, o Círculo Lingüístico de Praga), algumas das idéias de Saussure: no entendimento dos tipos de afasia descrita físico e neuropsicologicamente por Luria, Jakobson trabalhou teórica e metodologicamente com dicotomias clássicas, estabelecendo dois grandes eixos projetados um sobre o outro, sintagmático e paradigmático. Este entendia que as afasias afetavam distintamente os aspectos motores e sensoriais (expressivo e receptivos), voltados para as tarefas de articular e compreender a linguagem, que pode ser alterada em suas diferentes funções (fala, audição, leitura e escrita) e modalidades (oral e escrita), ainda que de maneira seletiva.

Nessa perspectiva, com o interesse, grande base de pesquisa sobre o assunto e pautado nas noções das leis sintagmáticas e paradigmáticas, o autor inicia um grandioso estudos sobre o duplo carácter da linguagem, em que estão inseridos dois arranjos linguísticos: a combinação e a seleção. A seleção é a condição de um signo ser substituído “pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro.” Já na combinação, “todo signo (...) aparece em combinação com outros signos” (JAKOBSON, 1975, p.40).

Jakobson (2010) entendia os processos metafóricos e metonímicos semelhante ao que concebia Saussure sobre os movimentos do signo dentro de um sistema, embora este não tenha

⁵ O Formalismo Russo foi uma escola de crítica literária de prestígio que houve na Rússia de 1910 até 1930. Teve como objetivo o estudo da linguagem poética enquanto tal. Dela fazem parte as obras de um grande número de acadêmicos que foram destaques na crítica literária, dentre eles destaca-se Roman Jakobson.

falado em metáfora ou metonímia. No entanto, Saussure (1995) falou das relações associativas e sintagmáticas, e, segundo o escritor, essas duas linhas centrais correspondem aos dois modos de atividade humana que são imprescindíveis ao trabalho linguístico.

Seguindo, então, os conceitos estipulados por Saussure sobre signo e sistema, Jakobson (2010) faz uma nova leitura de metáfora e metonímia e cria o estudo dos processos metafóricos e metonímicos em torno da afasia. O autor começa esclarecendo o que está inserido na fala:

Falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade. Isso se evidencia imediatamente no nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frase, de acordo com o sistema sintático da língua que utiliza; as frases, por sua vez, são combinadas em enunciados (JAKOBSON, 2010, p. 46).

Mas Jakobson (2010) reconhece que esses dois modos da língua em várias situações se desconcertam, o que não deve ser alheio ao linguista, pois este se interessa pela linguagem em todos os seus aspectos. E é na linguagem em “dissolução” (termo usado pelo autor) que o renomado autor traça seu estudo sobre as afasias, ou seja, quando ocorre a falha na comunicação. Para trabalhar esse aspecto da linguagem, Jakobson emprega a teoria da linearidade do significante, de Saussure.

As “relações *in absentia*” (SAUSSURE, 1995), ou paradigmáticas, ocorrem fora do discurso, associam-se na memória e formam encadeamentos diversos. Já as “relações *in praesentia*” (SAUSSURE, 1995), ou sintagmáticas, obedecem à linearidade da língua, a qual elimina a possibilidade de dois termos serem pronunciados ao mesmo tempo, estes devem ser alinhados na fala.

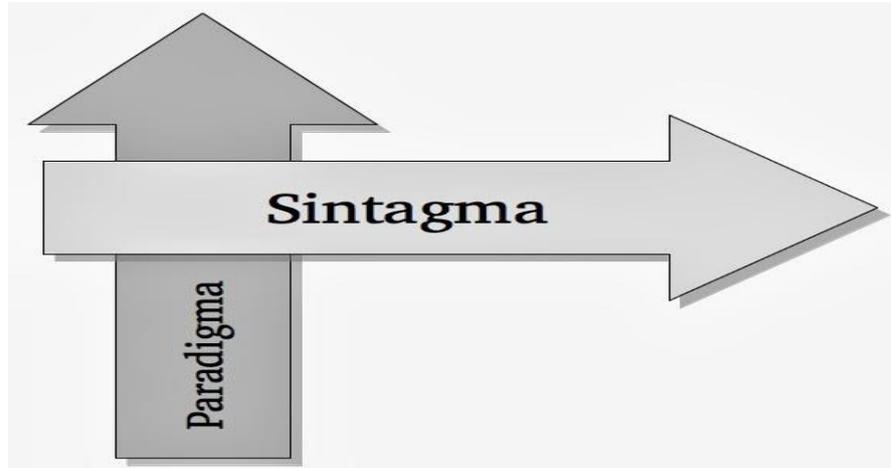
Esses dois modelos de linguagem, segundo Jakobson, ocorrem por semelhança e por contiguidade, estas estão respectivamente para metáfora e para metonímia. Os processos metafóricos e metonímicos constituem a fala, pois a falha em um deles equivaleria a um lapso, a uma fala equivocada, ou seja, não eficiente.

Os dois eixos identificados por Jakobson: seleção e combinação, consistem na metáfora e na metonímia. Podemos entendê-los assim porque a metáfora é uma substituição de um termo ou expressão por outra de valor equivalente, que não seria apenas um processo de sinonímia, ou pelo processo de analogia. Já a metonímia é uma substituição de um termo por outro do seu próprio gênero, sendo a parte pelo todo ou o todo pela parte.

Essa dicotomia entre metáfora e metonímia surge em outras discussões como: eixo paradigmático (eixo da seleção) e o eixo sintagmático (eixo da combinação). Esses aspectos do eixo da linguagem em Saussure implicam que o paradigmático é a condição de cada palavra ser substituída por outra por proximidade semântica, ou seja, onde se observa a metáfora. O

segundo eixo sintagmático é onde essa palavra contextualizará com outras em uma relação sintática, observando-se, nesse caso, a metonímia (Fig. 1.1).

Figura 1.1 - Eixos sintagmático e paradigmático.



Fonte: <http://letrasoqueetexto.blogspot.com.br/2013/10/>

Sobre o processo de semelhança (metáfora) e de contiguidade (metonímia), Jakobson diz:

Essas duas operações (a metáfora e a metonímia) fornecem a cada signo lingüístico dois grupos de interpretantes, para retomar o útil conceito introduzido por Charles Sanders Peirce: duas referências servem para interpretar o signo – uma ao código e outra ao contexto, seja ele codificado ou livre; em cada um desses casos, o signo está relacionado com outro conjunto de signos, por uma relação de alternância no primeiro caso e de justaposição no segundo. Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por via de que seu significado geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma seqüência (JAKOBSON, 1975, p.41).

Considerando a noção de signo de Peirce (1934), o teórico concebe que a unidade linguística é compreendida a partir do código e do contexto. Sendo o código em uma relação interna e o contexto em uma relação externa. Isso acontece porque os signos mantem uma combinação entre si no âmbito do código e da mensagem, e da seleção de signos. Para que ocorra a proximidade linguística entre os falantes, deve haver entre eles a utilização de um mesmo código e continuidade na formulação da mensagem, também que os falantes estejam dentro de um mesmo campo contextual. Quando esse processo não flui, há falha na comunicação.

Na Semiótica (o estudo dos signos), toda comunicação humana se expressa por signos que estão automaticamente remetendo a outros signos, não havendo palavra com propósito único. Toda expressão verbal está baseada na relação dos eixos da seleção e combinação, ou

seja, a metáfora e a metonímia exercem um papel relevante na linguagem, não sendo apenas um ornamento como pregava Aristóteles.

1.4 Metáfora pela linguística cognitiva

Destacam-se no estudo da metáfora cognitiva nos anos de 1980 Lakoff e Turner. Seus estudos abordavam a forma como vivemos, pensamos e expressamos esses pensamentos por meio da linguagem. A teoria Cognitiva da Metáfora, também conhecida como Metáfora Conceitual, ampliou os estudos sobre a metáfora e rompeu com as ideias objetivistas⁶ a respeito da metáfora.

Uma abordagem experiencialista permite-nos estabelecer também uma ponte entre os mitos objetivista e subjetivista no que se refere à imparcialidade e à possibilidade de ser justo e objetivo. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 202-203).

Lakoff e Turner (1980) tratam da questão do objetivismo considerado pela filosofia ocidental, conceitos instituídos desde os pré-socráticos. A noção de que temos verdades absolutas sobre o universo era a base destes estudiosos e, esse conceito interferiu na noção da linguagem. Ou seja, a ideia de que tínhamos acesso ao conhecimento direto de tudo é associado à linguagem literal, por causa disso, a linguagem figurada era considerada como um ornamento. Os estudos de Lakoff e Turner (1980) dizem o contrário: a metáfora é necessária para criação de novos sentidos e novas realidades.

Isso está em consonância com o que nos diz Lakoff (1993, p. 209):

o que constitui a metáfora não é nenhuma palavra ou expressão em particular. É, sim, o mapeamento ontológico que atravessa domínios conceituais, de um domínio fonte [...] para um domínio alvo [...]. A metáfora não é apenas uma questão de linguagem, mas de pensamento e de razão. A língua é secundária. O mapeamento é primário. O mapeamento é convencional, isso quer dizer que ele é uma parte fixa do nosso sistema conceitual [...] Se metáforas fossem meramente expressões linguísticas, nós esperaríamos que as expressões linguísticas diferentes fossem metáforas diferentes.

Lakoff (1980) elabora uma teoria que não se adequa ao que pensavam os clássicos sobre a metáfora, que essas eram apenas palavras que poderiam apresentar outro significado. O

⁶ Considerava-se indesejável o uso de metáforas nos discursos científico e filosófico, já que apenas a linguagem literal seria adequada à sua busca por verdades objetivas. Nessa percepção objetivista e racionalista do chamado mundo ocidental, a linguagem era tida como mera representação da realidade, não admitindo, como hoje o fazemos, que boa parte dessa realidade é construída social e discursivamente (FAIRCLOUGH, 2001). Visto que o interesse era descrever o mundo e suas verdades de forma objetiva, a linguagem figurada, metafórica, deveria ser evitada, pois julgava-se que essa poderia chegar a resultados imprecisos, induzidos pela imaginação e subjetividade.

escritor assegura que este recurso linguístico faz parte do sistema cognitivo humano, partindo primeiramente do pensamento e da razão. Ou seja, pela teoria de Lakoff, a metáfora seria essencial para a organização do pensamento humano. Essa perspectiva de metáfora é apoiada pela Semântica Cognitiva.

Os autores Lakoff e Johnson, de acordo com estudos e evidências na área linguística, asseguraram que a natureza metafórica está presente em grande parte do sistema conceitual. Isso significa que o falante não emprega metáforas programadas para embelezar a linguagem, mas esse pensa metaforicamente. O homem usa metáforas na linguagem de forma automática, implica dizer então que pensamos e falamos metaforicamente.

Segundo Brangel (2011), a metáfora não seria apenas redefinida, mas também tida como uma função na fala. Lakoff e Johnson nos esclarecem:

O que estamos oferecendo na explicação experiencialista da compreensão e da verdade, é uma alternativa que nega que o objetivismo e o subjetivismo sejam as nossas únicas escolhas. Rejeitamos a concepção objetivista de uma verdade absoluta e incondicional, sem adotar a alternativa subjetivista de verdade obtida apenas por meio da imaginação. A razão, no mínimo, envolve a categorização, a implicação, a inferência. **A imaginação, em um dos seus aspectos, implica ver um tipo de coisa em termos de um outro tipo de coisa, o que denominamos pensamento metafórico.** (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 202-203) [grifo nosso]

Depreendemos que para os autores (LAKOFF; JOHNSON (2002, p.47-48), “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”. Segundo estes, nossa linguagem é moldada automaticamente pelo contexto em que vivemos, no plano conceitual, de modo que falamos sem nos aperceber de que escolhas linguísticas estamos fazendo, mas estas estão pré-moldadas no pensamento, sendo enriquecidas por metáforas do cotidiano. Nessa concepção, “o conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, em consequência, a linguagem é metaforicamente estruturada” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p.48).

Ilustrando o conceito da metáfora conceitual com as metáforas de guerra, os autores citam várias expressões metafóricas que mostram como o cenário de guerra estava impregnado em seu linguajar, resultando em linguagem metafórica- “Discussão é guerra”. Os termos na linguagem revelavam em que situações do cotidiano os falantes estavam inseridos e, claramente, eram envolvidos por expressões, segundo os exemplos, de guerra (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p.48). Ora, se o conceito é metaforicamente estruturado, a atividade também, isso refletiria na linguagem.

Lakoff e Johnson seguiam as bases da Semântica Cognitiva e da Linguística Cognitiva. A Semântica Cognitiva afirma que o significado não está retido nas palavras, mas assegura-nos de que a construção do significado é dinâmico.

Sobre a Linguística Cognitiva, temos que:

a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos, sócio-interacionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interação e da experiência individual, social e cultural. (SILVA, 2004, p.2)

Elementos situacionais, biológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais são essenciais na definição da Linguística Cognitiva, ainda de acordo com Silva (2004). Ou seja, entendemos que as experiências vivenciadas são componentes da cognição humana, por isso Lakoff e Johnson desenvolvem a teoria do “experientialismo”⁷. Mas, lançam as bases do estudo sobre o experientialismo, no qual a cognição e também a linguagem são determinadas por experiências corporais, “o corpo na mente” (JOHNSON, 1987). Essas experiências podem ser individuais ou coletivas.

Na perspectiva experientialista, que leva em conta a experiência corpórea no mundo e com este, é definido o que é importante para nós, o que é significativo, e influenciamos na maneira de compreender o mundo. Para a construção do significado, na compreensão e formulação do raciocínio, há o experientialismo (LAKOFF, 1987).

O pragmatismo entra nesse campo de estudo, pois é através de modelos, exemplos, que se estabelecem novas experiências. Ou seja, é a partir de novos conceitos ou ideias pré-existentes que surgem novas interpretações e se adquire novas experiências. De encontro ao objetivismo, Lakoff e Johnson propõem o paradigma experientialista.

Nessa concepção empírica, Lakoff e Johnson (1999) sugerem que o experientialismo é uma maneira de mostrar o realismo interno. Para os linguistas, o foco do experientialismo é a percepção de como as expressões e os conceitos podem ser reveladores ou significativos. Para os objetivistas:

As expressões linguísticas e os conceitos que elas expressam são estruturas simbólicas, destituídas de sentido em si mesmas, que obtêm significados por meio de correlações diretas, não mediadas, com as coisas e as categorias no mundo real (ou nos mundos possíveis). (LAKOFF, 1987, p. 266).

⁷ Cf. a obra *Metaphors we live by* (2003) dos autores Lakoff e Johnson.

A compreensão do significado para estes leva em conta às entidades humanas, pois não remete à natureza do pensamento ou da experiência. A compreensão no paradigma experiencialista vai de encontro, pois considera a questão da corporificação e experienciação.

A experiência corporificada, segundo Johnson (1987), seria então manifestada de acordo com as vivências nos termos de percepção e concepção. Os conceitos são formulados e derivam da experienciação corporificada, seja sensório-motora (dimensões ou temperaturas, por exemplo), bem como na reflexão (noção de tempo, valores, emoções).

O processo de corporificação diz respeito a tudo o que o corpo registra em determinadas situações e objetivos. Lakoff e Johnson (2002, p. 61) citam as metáforas associadas ao fato de se estar doente ser relacionado a “estar para baixo”, e expressões afins que indicam o fato de estar acamado. Esta experiência com o corpo origina muitos termos metafóricos que retratam a situação do falante.

Oliveira (2011) fala da economia de tempo que a metáfora se encarrega de efetuar, o falante, baseado nas suas experiências, elaborará metáforas no campo do pensamento para articular uma linguagem eficiente e sintética. Lakoff e Johnson (2002) citam um exemplo da metáfora cognitiva em tempos recentes: “Tempo é dinheiro”, vivemos em uma época em que o tempo é todo comprado, são muitas as obrigações e não se pode perder tempo. Mediante isso, entendemos que o autor se valeu de algo concreto e facilmente conceituado: o dinheiro, para lembrar de uma metáfora conceitual pertinente. O tempo é imaterial, diferente do referente concreto: dinheiro, que podemos tocar e sofrer com a ausência deste ou ter prazer na fatura. Logo, recorreu-se a outro domínio para metaforizar o tempo.

As metáforas conceituais são aquelas que não são apenas ditas, mas são vivenciadas, conforme Lakoff e Johnson (1980) afirmam. Sem dúvida a cultura, o modo de vida do falante, seria preponderante para a construção das metáforas. Os autores afirmam veementemente o fato de que todo o conhecimento humano é limitado por metáforas. A metáfora na concepção deles indica uma identidade, não apenas uma comparação, dessa forma depreende-se o fato porque se “pensa com a metáfora”, pois estas refletem a mente.

Segundo Pinker (2008), em consonância com a teoria da metáfora cognitiva: “[...] as metáforas são poderosas porque são como as analogias, que se aproveitam da estrutura relacional de um conceito complexo [...] a metáfora é, sim, a chave para explicar a relação entre pensamento e língua” (PINKER, 2008, p. 308-317).

Tratadas por Lakoff e Johnson como experiências cotidianas, as metáforas conceituais são “metáforas que nos guiam”, estão atreladas à cultura, às ações e ao modo como se

compreende o mundo a sua volta. São chamadas de conceituais porque esta vale-se de se compreender e experienciar uma coisa em termos de outra (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p.48).

Lakoff e Johnson (2002 [1980]) postulam três tipos de metáfora conceptual: as estruturais, as orientacionais e as ontológicas. Sendo as estruturais as que estruturam um conceito em termos de outro metaforicamente; as orientacionais são as que guiam, organizam todo o sistema de conceitos relacionados entre si. Estas estão na maioria relacionadas à questão de espaço: para cima, para baixo etc. As ontológicas são relacionadas a como nos percebemos no mundo, pois somos entidades limitadas por uma superfície, mas ao vivenciarmos experiências como substâncias, podemos categorizá-las, nos referir a elas e raciocinar sobre as mesmas. Vejamos alguns exemplos de metáforas: estruturais, orientacionais e ontológicas, respectivamente:

“Custou dois anos para conseguir um bom emprego”: TEMPO É DINHEIRO. Como em nossa cultura, tempo é algo precioso, vivenciamos o tempo como um recurso que pode ser gasto ou desperdiçado. Dessa forma, TEMPO É DINHEIRO, TEMPO É UM BEM PRECIOSO são conceitos metafóricos, mais especificamente, **metáforas estruturais**, casos nos quais um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro.

[...]

“Tenho certeza que sua irmã vai subir na vida”: STATUS SUPERIOR É PARA CIMA. Nesse caso, temos uma expressão metafórica que deriva de uma **metáfora orientacional** e possui bases social e física. A base social indica que status é correlacionado ao poder e a base física indica que poder é para cima. O fato de subir na vida tem a derivação de que subir é algo que indica superioridade, estar por cima, algo melhor que os outros, por isso, nessa expressão, é um status superior.

[...]

“Ultimamente estou estudando tanto que minha mente pifou”: essa expressão metafórica está relacionada à metáfora MENTE É UMA MÁQUINA. O objeto físico “máquina” é utilizado como forma de compreender melhor o conceito abstrato que é a “mente” humana. Sendo assim, **essa metáfora é denominada ontológica**. Da mesma forma que uma máquina se utilizada exaustivamente pode pifar, a mente humana pode adoecer após um esforço excessivo. A relação feita entre “mente” e “máquina” também se baseia na idéia de que a mente humana quando em trabalho está “ligada” e quando em descanso está “desligada” da mesma maneira que uma máquina.

(REZENDE, 2011, p. 08-11) [grifos nossos]

As metáforas ontológicas de Lakoff e Johnson servem a vários propósitos. As metáforas ontológicas nos dão condição de agir racionalmente com nossas experiências. Segundo Lakoff e Johnson, somos separados do mundo pela superfície de nossa pele, mas somos capazes de experienciar esse “mundo externo a nós”. Essa concepção está para as metáforas ontológicas.

1.5 Metáfora enunciativa

Benveniste (2005), através do processo da enunciação, concebe a língua dentro do plano da realidade, pois o autor defende que há subjetividade e singularidade em cada ato de discurso. A enunciação, segundo ele, está para esse “colocar a língua em funcionamento”, pelo processo individual de fala, no qual considera discurso. A língua, na perspectiva benvenistiana, deve ser considerada, a partir do momento em que o sujeito que fala, através do ato enunciativo, se refere ao mundo.

Segundo Barbisan (2006), os aspectos linguísticos da enunciação já eram vistos desde antigamente nas gramáticas gregas e latinas, também observados nos trabalhos de Jespersen, Jakobson, Bakhtin, Bally, estes últimos desenvolveram estudos específicos sobre enunciação. Porém, foi Émile Benveniste, nos dois volumes do *Problèmes de Linguistique Générale* (PLG), trouxe contribuições para que na Linguística outras reflexões se desenvolvessem no âmbito do uso da linguagem verbal. Seus estudos sobre a enunciação traziam como diferencial a noção de subjetividade e os estudos sobre sentido e contexto, os quais possibilitaram uma nova forma de ver a língua.

Linguista de grande reconhecimento na sua área, Benveniste era seguidor das teorias de Ferdinand de Saussure e Antoine Meillet. Ao estabelecer a língua como objeto da linguística, Saussure propicia vários estudos e muitas teorias relacionadas ao sujeito e ao contexto. Benveniste se destaca no campo da linguística enunciativa. Publicou dois estudos magistrais do indo-europeu – *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1935) e *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen* (1948). Seus dois livros “PLG I” e “PLG II”, o consagram como o “precursor da enunciação”. O primeiro volume foi publicado em 1966; o segundo, em 1974 e serviram de embasamento para várias pesquisas no campo da linguística enunciativa.

Vários linguistas seguem a linha de Benveniste, como por exemplo, Oswald Ducrot, e muitas teorias surgem baseadas nos estudos sobre a enunciação. Além disso, o estudioso se destaca por dialogar com diversos campos filosóficos de sua época e interlocutores que teve como Lacan, Paul Ricoeur, Perelman entre outros. Sua abordagem enunciativa desperta o interesse de filósofos e psicanalistas; como foi o caso de Jacques Lacan, que em 1956 solicitou a Benveniste sua colaboração no primeiro número da revista *La psychanalyse*.

No artigo “Os níveis da análise linguística” (1962) observamos o prelúdio do conceito de enunciação para o autor. Nesse trabalho, Benveniste aborda a língua como forma, retomando os estudos estruturalistas de segmentação e substituição que são as relações sintagmáticas e paradigmáticas, abordadas primeiramente por Saussure (1975). A partir desse estudo, o autor

elabora a noção de dois níveis de linguagem: o inferior e o superior, surgindo a distinção entre forma e sentido.

Temos que no nível menor estejam inseridos os merismas, a distinção dos traços dos fonemas; e no superior, as frases. E existem dois tipos de relações: as integrantes e as distribucionais, sendo a primeira entre os elementos do nível superior e a segunda, entre os elementos do mesmo nível. A frase é constituída por seus integrantes e o integrante não pode torna-se um constituinte.

Sobre constituinte e integrante, é importante compreendê-los, pois a partir disso entenderemos a relação entre forma e sentido. Segundo Barbisan (2006, p. 04),

A dissociação constitui a forma, a integração cria unidades significantes. Então, para Benveniste, a forma é a capacidade que tem o sistema de se dissociar em constituintes de nível inferior; o sentido é sua capacidade de integrar unidades de nível superior.

Ainda temos que

quando passamos da palavra à frase, é preciso ver como se articulam as unidades segundo os seus níveis e explicitar várias consequências importantes das relações que elas mantêm. A transição de um nível ao seguinte põe em jogo propriedades singulares e despercebidas. Pelo fato de serem discretas, as entidades admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes. Essas relações devem ser bem distinguidas. Entre os elementos de mesmo nível, as relações são distribucionais; entre elementos de nível diferente, são integrativas. (BENVENISTE, 2005a, p. 133)

O autor nos esclarece que a unidade menor, o fonema, só se define como integrante, não pode torna-se um constituinte. A frase, estando em nível superior, se define por seus constituintes, mas não integra nenhuma unidade superior, pois é o nível maior. Nesse meio há o signo, que pode ser distribuído em merismas e pode também integrar a frase, por apresentar uma natureza dupla.

Depreendemos também que forma e sentido são unidades do discurso, sendo a forma para que reconheça a língua e o sentido para que se estabeleça uma compreensão em um determinado uso da língua, esta tem a condição de dissociação e integração (FLORES, 2008).

A frase tem o papel de qualificar, remete-nos ao uso da linguagem. A frase tem sentido, este sentido lhe é conferido pelos signos, pois estes têm uma significação.

As relações são menos fáceis de definir na situação inversa, entre a palavra e a unidade de nível superior. De fato, essa unidade não é uma palavra mais longa ou mais complexa: depende de outra ordem de noções, é uma frase. A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos

constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma (BENVENISTE, 1964/2005, p. 132).

Benveniste (2005) aborda o sentido, este era deixado de lado desde então em detrimento da forma. Entendemos, de acordo com as percepções do autor, que forma e sentido são conceitos diferentes, em que essa está para signos debaixo de uma metodologia exigente, e este está para a língua em uso. A manifestação da língua é o discurso, portanto, Benveniste afirma que a frase deixa o domínio sistemático da língua e entra no processo de comunicação, ou seja, no discurso. Lemos

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139)

Adiante, Benveniste (idem) avança nos estudos e nos aspectos semânticos, chegando a oposição forma e sentido, o problema da significação (BARBISAN, 2006). Benveniste extrapola então a teoria de Saussure de significado e significante do signo, pois afirma que a “linguagem significa” no artigo “A forma e o sentido da linguagem” (BENVENISTE, 1966, p. 217). O autor nos esclarece que a significação é as entranhas da linguagem, é seu próprio ser e não algo que a acompanha.

Flores et al. (2008, p. 71) explicam,

[na] frase articula-se a língua e o uso da língua, pois os constituintes da frase são os signos – formas da língua -, agora palavras que, ao mesmo tempo em que expressam distinção, porque integradas à frase, expressam sentido. As palavras são palavras no enunciado, são signos. Signo integrado à frase é palavra; palavra é, pois, forma e sentido. Sentido, então é relativo à enunciação, é relativo a uma ‘idéia’ que é expressa por quem usa a língua. Sentido, então, agora palavra, expressa um sentido, relativo à atribuição de referência, sentido que é expresso por inter-relações entre palavras que constituem o enunciado.

Então, depreende-se que o sentido advém por uma relação de signos que constroem o significar. Segundo Benveniste, os signos estão nas relações paradigmáticas, e estes são díspares da frase; o signo estaria para a forma, como semiótica. Já a frase estaria para a semântica, na intenção de interagir, de comunicar, remetendo à ação.

Assim, o falante é o constituidor do sentido ao empregar termos integrantes, os sintagmas e, dessas relações sintagmáticas e paradigmáticas surge o sentido, a partir de um entendimento geral que se tem da frase.

Assim, o “sentido” da frase está na totalidade da idéia percebida por uma compreensão global; a “forma” se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras (BENVENISTE, 1966/2006, p. 232).

Percebemos então que, segundo o autor, na percepção de frase estão relacionados a forma e o sentido. O sentido de uma frase é a ideia que ela apresenta, segundo Flores, essa ideia é “o sentido do conjunto do discurso” (2011, p. 52). A forma seria o sintagma, conforme Benveniste fala que “o sentido se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma” (BENVENISTE, 1966/2006, p.231).

Para Flores (2008), a frase é o enunciado, é o dizer do sujeito que se instaura na linguagem, acontece quando a ideia é materializada, porém não se pode confundir a frase, enquanto enunciado com a enunciação. Esta seria a utilização particular na língua, a língua na sua dinamicidade, já o enunciado é um “produto da enunciação” (idem, p. 67). Esse ato individual de fala ocorre quando o sujeito apreende a língua e a modifica, ajustando ao seu contexto discursivo.

Mais uma vez observamos a semântica, pois esta está no campo do discurso e acontece quando o sujeito se apodera da língua, e com os signos linguísticos organiza uma frase.

No estudo dos pronomes, Benveniste apresenta o eu e o tu como referentes na enunciação. O eu e o tu estão vinculados ao discurso, e essa associação se dá pelo fato de se inserir no processo enunciativo, em um dado discurso, a subjetividade. Essas formas pronominais estão para a enunciação.

Sendo a enunciação o processo da língua para fala, ou ato de dizer, quem realiza esse ato é a pessoa. A partir dessa premissa, surge o conceito de pessoa⁸ para Benveniste, ele faz esta abordagem nos textos: “A subjetividade da Linguagem” (PLG I), “ A natureza dos pronomes” (PLG I) e “Estrutura das relações de pessoas no verbo” (PLG II).

Roland Barthes sintetiza alguns conceitos da obra de Benveniste ao declarar:

Benveniste deu corpo científico a uma noção que assumiu a maior importância no trabalho de vanguarda: a enunciação. A enunciação não é o enunciado (por certo), e não é tampouco (proposição mais sutil e mais revolucionária) a simples presença da subjetividade no discurso, ela é o ato, renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua (apropria-se dela, diz com justeza Benveniste): o sujeito não é anterior à linguagem, só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há “sujeitos” (e, portanto, não há “subjetividade”), há apenas locutores; bem mais – e isso é lembrado incessantemente por Benveniste – só há interlocutores. [...] Benveniste funda uma linguística nova, que não

⁸ Benveniste denomina pessoa apenas os participantes ativos de um ato de enunciação: eu e tu; o pronome ele não é portador do status de “pessoa”. Encontramos a fundamentação teórica desse conceito em Benveniste (1946, 1956, 1958), em especial os artigos que contemplam o “homem na língua”, estes reunidos em PLG I (2005).

existe em nenhum outro autor (e muito menos em Chomsky): a linguística da interlocução; a linguagem, e, portanto, o mundo inteiro, articula-se sobre essa forma: eu/tu [...]. O interesse direto do novo livro de Benveniste está nisto: é o livro da enunciação. (BARTHES, 1974, p. 182)

O trecho nos traz a diferença do conceito de enunciação e enunciado, sendo aquela o processo decorrente de quando o locutor apropria-se da língua e se constitui sujeito e o outro seu interlocutor. A subjetividade surge então desse processo. Assim, o conceito de enunciação que Benveniste traz é a apropriação que o sujeito faz da língua, considerando o ato da fala, os instrumentos utilizados e as situações envolvidas.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1989, p. 83-84)

Benveniste define então os termos pessoa e não pessoa⁹, mas não parece ter intencionado elaborar uma teoria. Percebe-se isso porque não há um conjunto de estudos contínuos e coesos de teorias ou métodos. Mas, o linguista elabora categorias de análise e de acordo com essas categorias propõe seus estudos dentro desses limites. Cada texto do autor encerra maneiras de analisar e teorizar a língua, as línguas e a linguagem. Por causa disso, Flores afirma que é necessário escolher “momentos” para se trabalhar uma teoria, tendo em vista que há conceitos que não são retomados posteriormente pelo autor. (FLORES, 2012, p.153).

Ainda segundo Flores, um exemplo de como os termos mudam na obra de Benveniste é o termo pessoa e não-pessoa. O estudioso da obra benvenistiana diz que esses termos são muito usados no estudo do verbo e do pronome. Porém, ao analisar o PLG I e II, Flores ressalta que só encontrou o termo não pessoa nos textos: Estrutura das relações da pessoa no verbo, de 1946, As relações de tempo no verbo francês, de 1959, A natureza dos pronomes, de 1956, Da subjetividade da linguagem, de 1958, e Estrutura da língua estrutura da sociedade, de 1968.

O termo não pessoa só é visto uma vez em artigos dos anos 1960. Daí, Valdir Flores levanta questões importantes, por exemplo: “Por que Benveniste, no momento em que avança sua pesquisa sobre a enunciação diminui a ênfase sobre a dicotomia pessoa e não-pessoa?” (FLORES, 2012, p.154). O mesmo responde que na década de sessenta surgiram novos estudos

⁹ Benveniste (2005, p. 250), mostra o problema do conceito de pessoalidade: “a forma dita terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma pessoa específica” (BENVENISTE, 2005, p. 250). O pronome ele é considerado não-pessoa e faz referência a uma infinidade de sujeitos ou a nenhum.

sobre a semiótica e a semântica, bem como o aparelho formal da enunciação. Logo, surge uma lógica para os leitores de Benveniste, como conservar esta teoria de pessoa e não-pessoa se se considera que a enunciação é o ato de se utilizar a língua toda, como é definida em 1970 no artigo que trata do Aparelho Formal da Enunciação? Neste artigo, deixa claro que toda a língua é enunciada, não haveria lugar para se pensar no aspecto não pessoal da língua.

Os casos homonímicos de termos também são presentes na obra de Benveniste. São os mesmos termos, porém conceitos diferentes. Um exemplo disso é a análise dos verbos nas obras *Da subjetividade da linguagem* de 1956 e em 1959- *As relações de tempo no verbo francês*. Em ambos os textos, Benveniste usa o termo enunciação com conceitos diferentes (FLORES, 2012, p.158). No primeiro momento, o autor não tem intenção de trabalhar tanto o verbo, mas vê a possibilidade de polemizar como a filosofia da linguagem sobre a diferença dos verbos performativos, os verbos de parole. Neste momento sua análise diz respeito à subjetividade, quando o locutor se faz sujeito (BENVENISTE, 1956). No final do artigo, é que Benveniste estuda o verbo e diz que há verbos “que questionam a evidência segunda a qual a diferença de pessoa não ocasiona nenhuma mudança na forma verbal conjugada” (FLORES, 2012, p.158) Benveniste afirma que há verbos que têm mais do que uma descrição, seriam verbos de atitude que indicariam subjetividade.

Benveniste concebe a língua como ato social, em que o sujeito se constitui, se apropria da língua para falar com o outro (BENVENISTE (1958/2005c). Nesse momento do diálogo, há dois sujeitos, um locutor e um alocutário. Nessa perspectiva, surge no discurso a subjetividade.

A presença do sujeito na língua é a base da teoria de Émile Benveniste, um sujeito que se constitui sujeito linguisticamente, na instância do discurso. É com o estudo dos pronomes que o autor esclarece que esta classe de palavras não é una, existindo, dentro do campo discursivo, classificações distintas, ou seja, o eu e o tu- integrantes do diálogo- atos de fala, e o ele, a não-pessoa, de quem se fala.

A teoria benvenistiana segue a teoria de Saussure dos signos linguísticos, mas acredita que os mesmos só têm significado no funcionamento da língua. Portanto, ao abordar a forma pronominal ‘eu’ esclarece que este se apresenta em um determinado espaço e tempo- eu- agora-aquí, questiona que as outras estruturas dêiticas advêm dessa primeira. Os elementos dêiticos só passam a ter sentido dentro de um campo enunciativo, ou seja, em torno de um enunciador. Fora desse contexto, os dêiticos são nulos, esvaziados de significância.

O sujeito se faz assim por usar a língua nos seus atos de fala, o ‘eu’ emprega o ‘eu’ para se dirigir a alguém em oposição ao ‘tu’, gerando uma reciprocidade, podendo existir uma mudança de sujeito quando o ‘tu’ reage e se torna um ‘eu’.

Seguindo as bases linguísticas do signo, explicado por Saussure, Benveniste admite que há marcas enunciativas na linguagem e a noção do signo teria também uma significação, diferenciando a semiótica e a semântica, sendo a semiótica a distinção dos signos na sua relação com outros e a semântica, o sentido geral, global, incluindo a referência em que tal signo é colocado.

O campo semiótico reconhece os signos e o campo semântico os compreende dentro de um discurso. “Quem diz ‘semiótico’ diz ‘intralingüístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BENVENISTE, 1989a: 227-228). O campo semântico está para ao uso da língua em circunstâncias particulares de enunciação.

Outro fator relevante no campo da enunciação difundido por Benveniste é que o sentido que o enunciado terá é determinado pelo falante-sujeito em interlocução, tendo em vista que a linguagem se dá pelo ato individual da fala no momento em que um ‘eu’ se dirige a um ‘tu’.

Estamos na presença de uma classe de palavras, os ‘pronomes pessoais’, que escapam ao status de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o ‘eu’? A algo muito singular, que é exclusivamente lingüístico: ‘eu’ se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual (BENVENISTE, 1995, p. 288).

Benveniste não direciona seus estudos de pessoa como dita a gramática normativa em relação aos pronomes eu, tu e ele. Antes, acredita existir o ‘eu’ (subjetivo) e o ‘tu’ (não-subjetivo), que seriam as pessoas do discurso e o ‘ele’ seria a não pessoa. Cria a partir daí uma nova divisão, coloca o pronome ‘ele’ como pertencente a sintaxe, e o ‘eu’ e o ‘tu’ como pronomes que pertencem às instâncias do discurso.

Para Benveniste, a dêixis possui o indicador de pessoa, este conceito tornou os estudos do autor singular com os escritores de sua época. O estudioso salienta que “é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas (pronominais) não remetam à ‘realidade’ nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim seu próprio emprego” (BENVENISTE, 1995, p. 280). Consoante o linguista, os dêiticos seriam signos “vazios” desprovidos de referência material. Estes só se tornariam plenos, realizados, ao serem empregados dentro de uma unidade discursiva.

Segundo Maingueneau,

A dêixis discursiva consiste apenas em um primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva; esta última possui ainda um segundo ponto através do qual é possível alcançá-lo; trata-se da dêixis fundadora. Esta deve ser entendida como a (s) situação (ões) de enunciação anterior (es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade (...) Uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra dêixis, cuja história ela institui ou 'capta' a seu favor. (MAINGUENEAU, 1997, p. 42)

Ou seja, Maingueneau traz um conceito semelhante ao aplicado por Benveniste de que os dêiticos são indicadores de espaço e tempo, porém ele vai além, pois acredita na influência da dêixis no discurso e amplia a perspectiva falando da dêixis fundadora, que seria indicativa de subjetividade.

De acordo com os ensinamentos de Benveniste, o Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa de Câmara Junior (2002, p. 90), nos define:

Dêixis- faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêitica, ou mostrativa, figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema lingüístico. Podemos dizer que o *SIGNO* lingüístico apresenta-se em dois tipos – o *SÍMBOLO*, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o *SINAL*, em que o conjunto sônico indica ou mostra (...). O pronome é justamente o vocabulário que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia no esquema lingüístico das três pessoas gramaticais que norteiam o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante-ouvinte.

Saussure (1975) institui a língua como objeto da linguística e deixa para a fala o que é individual, o subjetivo, exclui o referente, o sujeito. A partir disso, surgem tentativas de repor esses aspectos. Benveniste passa então a discutir a enunciação incluindo o sujeito no objeto da linguística. O autor considera que é na linguagem que o indivíduo se constitui de fato sujeito da mesma. Especialmente quando Benveniste trabalha a natureza dos pronomes, e nos atenta para as categorias de pessoa ao abordar o funcionamento da língua por um ato individual de utilização, ou seja, permite avaliar a língua em funcionamento. Dependendo de contexto do ato da fala, é que se pode compreender o homem na língua.

Dos estudos de Benveniste, destacam-se alguns trechos de conceitos relacionados à enunciação, discurso, sujeito, noção de subjetividade e intersubjetividade:

A enunciação é esse colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (...) A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso (BENVENISTE, 1989, p. 82-83).

Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização. O ato individual pelo qual se realiza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro

nas condições necessárias de enunciação. Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. (...) Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro (1989, p. 83-84).

O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo (1989, p. 87).

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas 'figuras' igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação (1989, p. 87).

Destacam-se dos trechos basicamente a definição de enunciação, o ato de dizer, a passagem da língua para a fala; também a subjetividade presente na linguagem, onde deve existir um locutor e um interlocutor, protagonistas da enunciação. Esses são termos usados frequentemente na obra de Benveniste. Porém, Benveniste, durante seus mais de 40 anos de trabalho nunca usou a expressão: "Teoria da Enunciação", tal nome é dado posteriormente aos seus estudos pelas pessoas que leram seus artigos reunidos em Problema de Linguística Geral I e II.

Ainda estudando a pessoa do discurso, o linguista explica como se classificam os pronomes nós e vós. O mesmo diz que o "nós" não é plural do "eu", e o vós não é plural de tu, seria na verdade uma junção de um eu com um não-eu. O "nós" seria então o "eu" ampliado e não estaria na categoria de pessoa.

Tanto o uso de nós se amplifica em uma pessoa mais solene, com maior autoridade no nós majestático, quanto se amplifica em uma pessoa mais difusa, com contornos indefinidos no nós de orador ou de autor. A mesma análise é feita para vós, tanto no uso coletivo quanto no uso de polidez a passagem do tu ao vós exprime pessoa generalizada (FLORES et al., 2008, p. 79)

Quando pensamos em interação, pensamos em comunicação. Essa ocorre quando o interlocutor (tu) reconhece no locutor (eu) a linguagem em funcionamento. Porém a comunicação envolve a capacidade verbal e não verbal adequada a cada situação. O processo comunicativo envolve mais do que a fala, propriamente dita, pois aspectos intersubjetivos estão permeando a situação interativa, ora comunicativa. É necessário que existam interlocutores, sujeitos enunciativos, e que a linguagem empregada nesse processo apresente condições apropriadas para a consecução da comunicação: o que o sujeito sente, o que quer saber ou o que

já sabe e expõe. Então, através da fala, linguagem verbal, ou dos gestos, linguagem não verbal, pode existir o processo comunicativo.

Flores (2013) fala de duas citações de Benveniste em que observamos dentro do processo comunicativo a metáfora. A primeira que destaca foi na obra “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, artigo de 1963. Nessa temos que

A linguagem oferece o modelo de uma estrutura relacional, no sentido mais literal e mais compreensivo ao mesmo tempo. **Ela coloca em relação, no discurso, palavras e conceitos e produz assim, na representação de objetos e de situações, signos que são distintos dos seus referentes materiais.** Institui essas **transferências analógicas** de denominações que chamamos **metáforas**, fator tão poderoso do enriquecimento conceptual. Encadeia as proposições no raciocínio e torna-se o instrumento do pensamento discursivo. (BENVENISTE, 1963/1966, p. 28) [grifos nossos]

Benveniste não destitui na linguagem o lugar de representação de algo que não ele mesmo ocupado pela metáfora, atrelando-a às relações estabelecidas no discurso. Segundo Flores (idem), nessa citação, observamos aspectos relevantes que nos conduzem a entender uma metáfora enunciativa. Primeiro, Benveniste nos diz que há uma natureza relacional na linguagem, esta apresenta uma relação entre palavras (no campo do discurso) e conceitos, e, desta relação obtém-se signos dessemelhantes do seu referente material. Nesse interim, vemos, então, o surgimento de “transferências analógicas de denominação produzidas no discurso” (idem). Estas seriam as metáforas.

A segunda citação está na obra Problemas de Linguística Geral, no texto “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, de 1956, neste, inclusive, é esclarecido o conceito de transferência analógica

O inconsciente emprega uma verdadeira “retórica” que, como o estilo, tem as suas “figuras” e o velho catálogo dos tropos proporcionaria um inventário apropriado aos dois registros da expressão. Encontram-se aí num e noutro, todos os processos de substituição engendrada pelo tabu: o eufemismo, a alusão, a antífrase, a preterição, a litotes. A natureza do conteúdo evidenciará todas as modalidades da metáfora, pois é de uma conversão metafórica que os símbolos do inconsciente tiram o seu sentido e ao mesmo tempo a sua dificuldade. (BENVENISTE, 1956/1966, p. 86)

Nesse texto, escrito para compor uma obra de Jacques Lacan: *La psychanalyse*, Benveniste analisa os estudos de Freud sobre a linguagem dos sonhos e as palavras primitivas, este pensava que tinha descoberto uma analogia entre o sonho e a semântica das línguas primitivas, em que se enunciaria algo e com a mesma expressão o seu oposto. Na obra, Benveniste considera o sonho, na esfera do inconsciente, e a subjetividade do discurso

(BENVENISTE, 1956/1966), e acredita na hipótese de uma aproximação, a qual estaria nas analogias “que se esboçariam entre os ditos *processos estilísticos do discurso* e as propriedades do sonho”. (FLORES, 2013)

Portanto, podemos compreender existir uma metáfora que acontece por transferência analógica, ou seja, ocorre um deslocamento que comporta uma similaridade dentro do discurso. Compreendemos ser importante associar esse conceito de metáfora ao que diz Benveniste sobre a função da linguagem: “A linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar” (BENVENISTE, 1963/1966, p. 26). O simbólico trazido aqui seria a capacidade do pensamento de se organizar em uma língua. Temos que

não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano (BENVENISTE, 1963/1966, p. 28)

O autor considera a linguagem como sendo disseminante dentro de uma língua, a partir desse contexto é que **compreendemos a metáfora como uma transferência de similitude que ocorre no discurso** atribuindo outra denominação. No entanto, é necessário associarmos este conceito de metáfora à enunciação. Para isso não podemos nos distanciar do que é o processo enunciativo, no qual estão destacados o ato enunciativo, no qual temos locutor e alocutário; a situação (a cena enunciativa), o momento do discurso e, os meios linguísticos.

A metáfora nessa perspectiva (FLORES, 2013) ocorreria no momento da enunciação, quando um locutor enuncia ao alocutário sentidos que trazem novas designações, ou novos usos.

Benveniste nos diz

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (BENVENISTE, 1970/1974, p. 85).

Inferimos que a analogia tratada por Benveniste acontece no momento da fala, no discurso, e torna claro a subjetividade na língua. Não seria uma transposição do real para o figurado, mas a criação de um novo sentido, constituído no instante da enunciação.

Considerando a noção de enunciação discursiva, que apresenta um locutor e um interlocutor, surge uma reflexão sobre a possibilidade da ecolalia, em determinadas cenas discursivas, representar papel análogo ao das metáforas. A ecolalia, objeto de estudo deste trabalho, caracterizada por repetição descontextualizada do discurso alheio, é comum ao desenvolvimento da linguagem da criança, não sendo apenas uma condição patológica.

No entanto, quando integrante de um quadro sintomático, a ecolalia pode ser identificada no discurso de esquizofrênicos, afásicos e nos quadros de Síndrome de Tourette, porém, é no Autismo que a ecolalia ganha destaque como característica da linguagem das pessoas acometidas pelo transtorno e assume o lugar de uma não linguagem, um não dizer que distância os interlocutores dos autistas.

Porém, ao nos basearmos nos estudos de uma Linguística Enunciativa, não concebemos dessa forma, pois inferimos que, mesmo dentro de uma fala ecolálica, pode existir um sujeito constituído ou em constituição. Uma ecolalia produzida em um determinado momento, gerando novo sentido compreendido pelo outro, estabeleceria outra forma de dizer, apresentaria a existência de um sujeito que se apropria da língua e a coloca em funcionamento de modo singular e, portanto, esse “fenômeno de linguagem” outrora tido como rígido significaria, surgindo assim um sentido por meio de uma analogia, de uma metáfora.

CAPÍTULO 2: A fala ecológica

Ecolalia ocorre quando alguém repete o discurso de outra pessoa de forma involuntária e, aparentemente, sem sentido. Pessoas com a fala ecológica podem repetir uma palavra, frase ou frases inteiras. Nessa fala sintomática, o tom e sotaque do orador também podem ser repetidos. Kanner (1947) associou essa fala à fala de papagaio, em termos de repetição. A ecolalia em uma criança pode refletir a repetição normal no desenvolvimento de competências linguísticas, mas, se as palavras ou frases se tornarem insistentes pode representar perseverança (FERNANDES, 1993). Essa persistência de fala constitui uma fala sintomática.

Como nos traz Oliveira (2006), pela fala ecológica tem se interessado muitas áreas do saber: neurologia, a psiquiatria, a pediatria, a psicologia e a fonoaudiologia. Cada campo de investigação enfoca questões distintas, como: os tipos de ecolalia, descrição sintomática, diferenças entre a fala especular e a patológica etc. Neste estudo, buscamos identificar na fala ecológica uma possível característica de linguagem metafórica, por meio da qual há perspectiva de comunicação.

Interessante observar também que na fala ecológica, na perspectiva da fonoaudiologia, o sintomático está não para o erro, mas para o acerto, aquele perturbador, visto se tratar de uma repetição aparentemente vazia, isso porque configura uma fala diferenciada da fala da criança em processo de aquisição de linguagem. Esta é uma fala colada à fala do outro, cujo problema não está em questões de morfossintaxe ou fonético-fonológica (OLIVEIRA, 2006), mas em uma repetição que parece distanciar o sujeito da fala. Uma fala na qual não existe a interação, uma conversa.

Retornemos um pouco à mitologia grega, onde encontraremos o mito de Eco (PORGE, 2014), uma ninfa, que é a base da escolha do nome 'ecolalia' para esse tipo de fala. Nos diz a lenda que Júpiter pediu a Eco sua ajuda com o intuito de enganar Juno, sua esposa, pois a ninfa era conhecida por falar demasiadamente e de forma convincente, e dessa forma poderia manter Juno ocupada.

Aconteceu, entretanto, que Juno ficou sabendo do plano e se vingou de Eco. Seu castigo foi nunca mais pronunciar uma só palavra, mas apenas repetir sons das últimas palavras ou sílabas de frases de alguém que falasse próximo a ela. Em seguida, a ninfa se apaixonou por Narciso, mas este a recusa por causa da sua fala, aquela então entra em uma profunda tristeza e definha até a morte e se transforma em uma rocha.

Porém, dita a lenda que até hoje, Eco, mesmo sem vida, repete o final das palavras que são ditas perto dela. Segundo nos diz Porge (2014, p. 105): “Com Eco, há a reduplicação da voz de Narciso”, o que acontece da seguinte maneira: Narciso, por uma maldição se apaixona por ele mesmo, e sofre muito com isso. Observamos que:

A dor esgota as suas forças, ele se consome e espera a morte que o libertará de suas dores e o unirá, enfim, a ele mesmo. Mas, ele resiste à morte e se agarra a seu amor. Eco passa pelo local e, malgrado seu ressentimento, dele se compadece. Cada vez que ele diz “Pobre de mim, sua voz lhe responde, repetindo, “Pobre de mim!”. (idem, p. 105)

Narciso morre, mas continua a olhar-se “nas águas do Estige” (idem, 105). Porge, então, faz uma análise sobre a relação dos dois seres lendários. O autor nos assegura que a história de Eco está intrinsecamente relacionada a de Narciso e vice-versa. O autor nos diz que em Eco temos a reduplicação da voz de Narciso, e ao este se olhar no espelho das águas, temos a reduplicação de sua imagem. Ambas configuram perspectivas diferentes (PORGE, 2014, p. 106). Uma estaria para a imagem e outra para a fala. É interessante inferir que o autor nos esclarece que nos dois casos encontramos: Narciso se aproximando da imagem, já Eco, se distancia do som pronunciado. Nesse ínterim, Porge (2014) aponta para um possível estágio de eco, natural ao desenvolvimento.

Nesse mito, encontramos fatores que se aproximam das considerações que se tem feito sobre a ecolalia. Uma forte implicação é o fato desse eco ser apenas uma reprodução vazia da fala do outro, pois Juno castiga Eco a sempre repetir o que o outro falava. Isso está de acordo com o que nos diz Kanner (1943) que, tratando da fala ecológica dos autistas, nos diz que esta é esvaziada e que nada dessa fala é de autoria da pessoa ecológica, seria apenas uma repetição sem intenção comunicativa, sem interlocutores. O autor compara a fala ecológica a de um papagaio.

Outra questão importante, ainda relacionada à lenda, é que as pessoas que escutam esta fala sentem-se incomodadas, assim como Narciso. Alguns pais, como os do caso que citaremos de Oliveira (2006), sentem-se chocados porque os filhos falam, mas para esses não há sentido em suas palavras. Então, a ecolalia é tida como

Uma fala desabitada, onde a criança parece ser uma rocha que, como Eco, apenas devolve, inanimadamente, o que é falado à sua volta, independente do que seja e independente de onde venha essa fala. (MALTA, 2006).

Muitos conceitos são atribuídos à ecolalia. Definida, segundo Oliveira (2007), como repetição sintomática da fala do outro, no Autismo, a ecolalia pode ser classificada como: imediata, tardia ou mitigada. Sendo a primeira reproduzida de imediato, após a fala que serve de padrão; a segunda, reproduzida após um período maior de tempo, dias (PACIA e CURSIO,

1982 apud FERNANDES, 1996); e a terceira apresenta alguma modificação na repetição, implicando em intenção comunicativa (FERNANDES, 1995). Tal distúrbio da fala tem despertado dúvidas sobre o que se pode considerar dela no processo comunicativo.

A fala ecológica para Albano (1990) é a “repetição fora do contexto” e os enunciados ecológicos infantis representam uma criança “quase sem a linguagem”, no entanto, buscando talvez elaborar falas com seus próprios meios, através da fala televisiva ou como um gravador. Mas, mesmo que consigam repetir falas inteiras de comerciais de televisão, não conseguem pronunciar por si só uma figura de som, apenas repetem.

A fala ecológica na concepção psicanalista de Jerusalinsky (1993) significa uma isenção da criança autista tanto na língua como em relação ao outro. No que concerne para o escritor sobre esse assunto, Malta (2006) nos diz:

Esse autor concebe a ecolalia como marca de cristalização através da qual a criança se fecha excluindo o mundo à sua volta. Tal efeito de exclusão é bastante citado na clínica do autismo, especialmente quando a criança mergulha em suas produções ecológicas, dificultando a interpretação do analista através de um parente efeito de sem sentido e rigidez.

Ou seja, para Jerusalinsky (1993), a fala ecológica é um indício de exclusão do sujeito na linguagem, uma marca de afastamento do outro. Segundo este, mesmo que alguém entabule uma conversa com uma pessoa com esse tipo de fala, essa não será concebida por ela, porque esta se encontra no “vazio de linguagem” (MALTA, 2006, p. 18).

Outra perspectiva também psicanalista sobre a ecolalia encontramos em Rodriguez (1999), este infere que a fala ecológica remete a uma posição do autismo diante da língua, e ressalta que a ecolalia não está para o funcionamento da língua. Por causa da rigidez da fala ecológica, que não permite nem sequer uma interpretação, este concebe que há um distanciamento desta dos processos metafóricos e metonímicos da linguagem.

Para Laznik-Penot (2004), a ecolalia nem pertence ao campo das repetições, pois, do ponto de vista da psicanálise, a repetição de forma simbólica implica uma inovação. Segundo a autora, as falas ecológicas estão para uma repetição estereotipada em que não existe o esforço humano, mas uma prévia de trabalho em que não enxergaríamos o simbólico, ou uma novidade nesse tipo de fala.

Malta (2006, p. 48) retoma algumas crenças sobre a fala ecológica e questiona:

Será mesmo que se trata apenas de uma reprodução? Ou seria possível algum movimento de transformação ou de organização simbólica que permitisse a emergência do novo nessa fala?

[...]

Conforme discutimos, a metáfora organiza-se sobre o eixo das seleções, ou seja, ela emerge, segundo Dor (1989), quando é possível haver um

deslizamento do significado sob os significantes. Assim, **a metáfora é possível quando se pode, operando primeiramente uma seleção entre os diversos significantes disponíveis, fazer uma substituição de um significante pelo outro e tal substituição é possibilitada na medida em que significante e significado não estejam radicalmente e inseparavelmente ligados/colados.**[grifo nosso]

Segundo Malta (idem), dentro dessa fala haveria possibilidade metafórica, desde que houvesse um deslize, momento este em que significado e significante não estariam atados. Na concepção lacaniana, a qual se apega a autora, o inconsciente é uma linguagem, e esta fala ecolálica seria um sintoma e uma linguagem metafórica.

Porge concebe um estágio de eco que seria essencial ao sujeito, isto é, seria estruturante do falante, propondo que:

O estágio de eco encontra sua pertinência na contemporaneidade no estágio do espelho graças à importância da função simbólica que nele exerce a fala, já que o ponto em que o sujeito se olha é o ponto a partir do qual ele fala e faz de seu grito apelo. **Ao mesmo tempo, para que o estágio de eco faça seu papel no estágio do espelho, é preciso que de certo modo ele já tenha existido, que o grito tenha sido lançado, que a voz tenha sido rodeada de silêncio, que o grito tenha se tornado apelo.** (PORGE, 2014, p. 102, 103)

Oliveira (2007) começa a pesquisar o assunto por concebê-la como uma questão de linguagem, na qual ela baseia a sua pesquisa: questão da fala e a sua relação com a fala do outro. Ao analisar as falas ecolálicas, a autora separa a especularidade da repetição patológica.

De Lemos (1985) postulou a noção de especularidade quando esclareceu que a fala da criança não surge do nada, mas é determinada pela fala do outro, ou seja, uma dependência dialógica. Ela nos diz: “(...) a contribuição linguística da criança ao diálogo consiste em responder por meio de incorporações de diferentes partes do enunciado da mãe, o que aponta para o processo de especularidade como constitutivo do diálogo”(1985, p. 24).

Portanto, a autora considera a especularidade como necessária para o diálogo, por existir interação, ou seja, a fala da criança vem da fala do adulto e retorna para este. Nesse contexto, a criança se constitui falante, e esse processo de entre falas, em que a criança se reconhece no espelho do outro, dá início à aquisição da linguagem, e ao processo de subjetivação, à formação do outro.

Na ecolalia, enquanto condição patológica, a pessoa que repete a fala do outro, parece estar ausente, não há interação, não há diálogo, logo, o “falante” parece falar sozinho. O que ocorre, nesse contexto é que a ecolalia “parece mostrar que uma fala pode fazer um corpo falar sem, no entanto, implicar falantes” (OLIVEIRA, 2007). Ainda segundo a autora, ao analisar uma criança em estudo, a qual chegara à clínica com diagnóstico de “psicose infantil com

características autísticas” (idem, p. 337), percebeu que esta não era surda para a fala, mas sim parecia não conceber o que se falava e desconsiderava o falante. Ou seja, a criança não é afetada pela fala alheia. A mesma parece apenas reproduzir falas sem sentido algum, e não é surda para as palavras, apenas não reage ao que escuta, não interagindo, nem tampouco instituindo uma conversa.

A primeira impressão que se pode ter de uma criança com ecolalia é que seja especular, ou seja, que repete, mas com intenção comunicativa. Sobre o processo da especularidade, Cláudia de Lemos nos diz:

se inicia pelo movimento do adulto no sentido de espelhar a produção vocal da criança, ao mesmo tempo em que lhe atribui forma, significado e intenção, processo este que se reverte, em seguida, já que passa a ser instaurado pelo movimento da criança no sentido de espelhar (ou ecoar) a forma produzida pelo adulto (DE LEMOS, 1989, p. 64)

Porém, na pessoa com a fala ecolálica, olhando-se com mais atenção, verifica-se que o que o falante diz não afeta o que o paciente diz (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2006) em seu artigo “Reflexões sobre as falas ecolálicas e a interpretação fonoaudiológica a partir da discussão de dois casos de psicose infantil”, verifica dois casos distintos de ecolalia. Primeiramente a autora fala sobre o fato singular da ecolalia ser associada não ao erro da fala, mas ao acerto, ou seja, a fala idêntica à fala alheia, e de forma televisiva. O sintoma nada tem a ver com questões fonológicas ou gramaticais, pois essas são reproduzidas integralmente. Em seguida, verifica um caso em que aparece a ecolalia, mas de forma diferenciada do primeiro caso, pois a criança apresenta a fala de criança, ou seja, infantil, sem apresentar entonação televisiva, mas apresentava sorrisos e gestos estereotipados.

Nestes dois casos, possibilitou-se perceber que existem diferentes aspectos nas ecolalias e que nessas lacunas em que um paciente muda o tom da voz que reproduz, ou que mesmo de modo mínimo modifica a reprodução da fala do outro, ele pode produzir nessa “falha” ecolálica uma diferença que mostra sua subjetividade (VORCARO, 1999). A autora diz que mesmo sendo uma raridade, esses estudos, especialmente o segundo, torna claro que pode existir uma substituição, uma metáfora. Segundo Mariana Trenche (2006)

Apesar de observarmos, nos casos trazidos para discussão, crianças produzindo “falas” encobertas por “falas descarnadas”, “prontas”, em que o sujeito não responde por ela, parece haver algum lugar onde podemos reconhecer uma falha, uma lacuna, um espaço para o aparecimento de uma diferença.

Mesmo que uma raridade no conjunto da fala dos pacientes, vislumbramos essa possibilidade de substituição, na qual um significante pode vir no lugar do outro e produzir um diferente. Vemos, nessas poucas vezes, se não a

presença, ao menos a probabilidade de uma **dimensão metafórica**. (grifo nosso)

Benveniste (1976) considera a linguagem como parte do homem e sendo ela a que atribui a própria definição de mesmo. Geraldi (1995) assegura ser a linguagem indispensável ao progresso humano, compreender o mundo e ser atuante neste.

Desde cedo, a criança se constitui sujeito pelo processo de aquisição da linguagem, este se dá pelo contato que estabelece com o outro, ou seja, a criança tem um papel ativo na estruturação do seu conhecimento.

Porém, como sabemos, adquirir a fala não é apenas se submeter a regras, funções ou modos de externalizá-la (FRANCHI, 1976). Aprender a falar vai além, envolve desenvolver recursos que permitam “a partir de elementos iniciais mais simples, construir as estruturas abstratas que se realizam em infinitas orações” (DELFRATE, 2009). Ainda, consoante Franchi (1976), a linguagem é distintiva e um procedimento contínuo, ela se renova, portanto é um trabalho.

Para Lier-de Vitto (1995), a criança precisa do contato com o outro para aquisição da linguagem, ou seja, a autora destaca a necessidade da interação. Mas o que ocorre quando esse processo não se torna possível? Para Albano (1990), uma das condições básicas para o desenvolvimento da linguagem seria a esta pertencer a condição de recursos gramaticais e organizacionais. As conversas, desde a tenra idade ocorrem porque existem trocas verbais e nessas trocas observamos habilidades de iniciar uma conversa, saber distinguir uma pergunta ou uma afirmação. A interação para o desenvolvimento da fala é fator relevante.

No entanto, algumas crianças que apresentam síndromes, como o autismo, que tem como característica a fala ecológica, por exemplo, não desenvolvem a fala, ou a intenção de se comunicar. Delfrates (2009) citando Kanner nos diz:

As crianças com autismo estudadas pelo autor apresentavam falha no contato afetivo, obsessividade na manutenção da rotina e movimentos repetitivos, sendo que algumas delas não desenvolviam fala, e as que o faziam não apresentavam intenção de se comunicar. Kanner (1947) afirma que o retraimento social é, frequentemente, acompanhado da impossibilidade da criança de desenvolver linguagem de maneira funcional, ou seja, ela consegue pronunciar palavras mas não apreende conceitos. (DELFRATES, 2009, p. 03).

De acordo com Kanner (1947), essa ausência de fala se daria pela falta de desenvolvimento social. Essas crianças podem até pronunciar palavras, mas não entendem os seus conceitos, são produções desprovidas de sentido, apenas como um eco, semelhante a de um papagaio. Sobre um paciente de 5 anos que apresentava a fala ecológica, Kanner nos diz:

Ele parecia ter muito prazer em emitir (de forma descontrolada e sem sentido) palavras ou frases como, por exemplo, “crisântemo”, “dália”, “negócios”, “vinhatrombeta”, “o direito sim, o esquerdo não”, “através da escuridão as nuvens brilhando”. Expressões irrelevantes como essas faziam parte de sua forma habitual de falar. Parecia estar sempre como um papagaio repetindo o que lhe tinha sido dito uma vez ou outra. (KANNER, 1943)¹⁰

Para o autor, a ecolalia é uma repetição vazia, sem contextualização, e considerada, segundo o caso em questão acima, como irrelevante para ser considerada. Essas teriam dificuldade para desenvolver a fala e podem apresentar uma fala incompreensível ou estereotipada que, de acordo com Wing (1985), pode significar uma linguagem metafórica.

Compreendemos que é interessante, diante desses conceitos de ecolalia, retomar o conceito de Porge (2014) de que é importante o estágio de eco para que se suceda o estágio de espelho, momento em que a criança começa a conceber a fala por repetição, agora numa condição dialógica.

Na Linguística Enunciativa, a linguagem do sujeito é vista pela sua singularidade, ou seja, poderemos analisar a fala ecolálica também na perspectiva da enunciação. Concordamos com as palavras de Flores (2007, p. 100):

o estudo da 'patologia' de linguagem com relação ao sujeito que enuncia permite ao clínico a construção de recursos de análise que possibilitam elaborar hipóteses sobre o funcionamento da linguagem, ou seja, sobre a singularidade da 'patologia' para cada sujeito na instância enunciativa.

Consoante Flores e Teixeira (2005), na teoria linguística, o relevante é como a enunciação distingue o sujeito, então, no que concerne a enunciação, são importantes as marcas que este deixa no enunciado. Independente de onde esteja inserido o sujeito, seja no Autismo, na Síndrome de Tourette ou no Alzheimer, situações nas quais observamos a fala ecolálica, o falante e suas singularidades da fala devem ser considerados no momento da enunciação.

Analisaremos a fala ecolálica sob a perspectiva da teoria de Benveniste (2006) que na obra *O Aparelho Formal da Enunciação*, se refere à enunciação como sendo mesclada por: o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Também levaremos em conta que “a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.” (idem, p. 83-4) Entrementes, compreendemos o caráter rígido que apresenta a fala ecolálica, mas intencionamos ver esta fala sob outra óptica: a da enunciação.

¹⁰ Artigo sem divisão por páginas.

De acordo com Benveniste “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” (idem, p. 83). Na enunciação, o locutor assume a língua e tem o outro diante de si. Portanto, no processo enunciativo, existe uma alocação que necessita de um alocutário. O ato individual de apropriação de que fala o autor acaba introduzindo aquele que fala em sua própria fala. Logo, o locutor na enunciação permite que dentro de um campo discursivo, ele mesmo crie dentro de si uma referência enquanto falante.

METODOLOGIA

O estudo se baseará na teoria enunciativa do linguista Èmile Benveniste e na sua concepção acerca da metáfora para elaborar uma pesquisa qualitativa do tipo documental, sobre se há prevalência de características de metáfora na fala ecolálica enquanto transtorno.

Escolhemos realizar uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada com o objetivo explicativo, seguindo o procedimento bibliográfico, porque julgamos necessário investigarmos a ecolalia de um outro lugar que não de uma repetição descontextualizada da fala de outrem. Pensamos relacioná-la com a metáfora, posto que encontramos semelhança no fato de ambas representarem uma possível transposição analógica no discurso.

Nesse sentido, temos como aporte teórico os estudos de Èmile Benveniste sobre a teoria da enunciação, que considera como axioma o homem está na língua, pois é na linguagem e pela linguagem que se constitui sujeito. A coleta de dados que trazemos como exemplos ilustrativos para fundamentar nossa posição, deu-se em publicações científicas já existentes sobre o tema ecolalia no campo da Fonoaudiologia (OLIVEIRA, 2006; BARROS, 2013;), da Linguística (BARROS, 2013; CRUZ, 2008) e da Neurolinguística (CRUZ, 2008). Para pesquisar a temática Ecolalia na website, utilizamos os descritores ‘Ecolalia na aquisição de linguagem’, ‘Ecolalia e Autismo’, ‘Ecolalia e Alzheimer’ e ‘Ecolalia e metáfora’. Obtivemos como destaque da pesquisa três trabalhos: um capítulo de livro, um artigo e uma tese, que forneceram material de análise para este estudo.

Iniciamos com a análise dos estudos de caso trazidos por Oliveira (2006) em “Reflexões sobre as falas ecolálicas e a interpretação fonoaudiológica a partir da discussão de dois casos de psicose infantil”, no qual a autora relata dois casos de crianças autista que apresentavam a fala sintomática ecolálica. Em seguida, vemos em Barros (2013) no artigo “A relação entre ecolalia-linguagem e sujeito no autismo: um estudo de caso”, no qual Estênio, um garoto de 7 anos, também apresentava a fala ecolálica. Já na tese de Cruz (2008), com o título: “Linguagem, Interação e Cognição na Doença de Alzheimer”, vimos a ecolalia em uma paciente adulta, essa fala também é característica na Doença de Alzheimer.

Procuramos olhar os casos clínicos já discutidos de uma outra perspectiva: relacionando-os ao conceito de metáfora. Sendo assim, em nossa análise de dados, procuramos discutir as ecolalias presentes nos exemplos trazidos sob a ótica da metáfora enunciativa e, dentro dessas noções, procuramos discutir se a fala ecolálica pode ser entendida como uma metáfora.

Para chegarmos ao objetivo proposto, pesquisas foram feitas, além da análise dos casos apresentados nos trabalhos científicos já mencionados. Usamos como embasamento teórico publicações que considerassem os temas: ecolalia, metáfora e enunciação. Essas foram as palavras-chave usadas nos sites de busca na internet. Percebemos que poucos são os trabalhos que norteiam o tema “ecolalia”, mas encontramos artigos (JERUSALINSKY, 1993; KANNER, 1947; OLIVEIRA, 2003; OLVEIRA, 2007; PORGE, 2014) e uma dissertação (MALTA, 2006) tratando do assunto.

Sobre metáfora, conseguimos mais trabalhos na área (ARISTÓTELES, 1964, 1996; FILIPAK, 1983; FLORES, 2013; LAKOFF e JOHNSON, 2002; RICOEUR, 1973; VEREZA, 2006), um Anais de Congresso (BRANGEL, 2011) e uma tese (COIMBRA, 1999) o que facilitou a nossa pesquisa e nos permitiu nos aprofundarmos no tema para podermos sugerir uma outra concepção de metáfora.

Sobre a enunciação encontramos caminhos bem traçados em Benveniste e outros autores que têm trabalhos na linha enunciativa (BENVENISTE, 1964, 1976, 1989, 1991, 1995, 2005, 2006; FLORES, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013; BARBISAN, 2006). Esse aspecto é preponderante em nosso estudo, pois a partir da noção da Linguística Enunciativa é que entendemos o sujeito na linguagem e por esse caminho depreendemos que há um sujeito que comunica na fala ecolálica, portanto, esta se constitui para nós uma outra forma de dizer.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A ecolalia é concebida como a repetição de um discurso dito anteriormente, fazendo parte de um curso natural em aquisição de linguagem ou, quando persistente, um sintoma na linguagem de algo desorganizado no sujeito.

Tomando como base as discussões sobre metáfora dentro da linguística, seguimos apresentando trechos que abordam a ecolalia, enquanto repetição sintomatológica, procurando analisá-las sob o cunho da metáfora.

Nosso primeiro estudo aborda um caso clínico presente na obra “Reflexões sobre as falas ecolálicas e a interpretação fonoaudiológica a partir da discussão de dois casos de psicose infantil”, de Mariana Trenche de Oliveira, publicado em 2006. Nele, a autora investiga a linguagem de crianças autistas que apresentavam a fala ecolálica como característica em comum.

A autora analisa a primeira criança de sete anos de idade, do sexo masculino e com o diagnóstico de “psicose infantil com características autísticas”. Esta traz dos pais a reclamação de apresentar um comportamento de ausência de comunicação e, como característica ecolálica, a repetição de falas prontas em tom de propagandas de televisão. Ou seja: do ponto de vista da linguística, a ecolalia estaria caracterizada por alterações fonológicas marcadas por inadequação na prosódia e na semântica, ao tratar como repetição de uma fala. A criança não encarava o outro, e parecia estar ausente, não era surda, pois ouvia ruídos mínimos, embora não se apercebesse por vezes de sons bem mais intensos. Rolava com brinquedos e embora os manuseasse, parecia não ter interesse por nenhum deles. Repetia alguns movimentos como apagar e acender a luz e quando interrompido, fazia barulhos em tons graves para mostrar insatisfação, talvez, e retornava aos movimentos lentos e constantes.

A pesquisadora diz que essa criança atropelava a fala dela como se não a ouvisse. Sua fala era sem interpretação, pois se baseava em pedaços desconexos de repetições de trechos televisivos que não constituíam lógica, não comunicavam. Mais uma vez, marca-se na linguística o desvio fonológico e semântico da ecolalia, por serem tidas comumente como falas sem sentido, perspectiva que discordamos neste estudo ao tentar aproximá-la do conceito de metáfora. No entanto, há um trecho de fala que é considerado diferente nesse caso:

T¹¹.: Põe **na garagem**
 P¹².: o carro **na garagi. Na garassi.** Cinco e cinqüenta.
 O carro ———
 (OLIVEIRA, M. T. 2006, p. 339).

Oliveira afirma que essa mudança fonética da palavra *garagem* pode ser entendida como uma lacuna na ecolalia, ela classifica como um momento de especularidade (DE LEMOS, 1982), pois surge dali uma fala sofrida, única, uma diferença da fala ouvida. A fala nesse momento difere da televisiva que a criança reproduzia, e da terapeuta que tentava interagir. Entretanto, a terapeuta assegura que nesse paciente não foi observado diálogo, o paciente não reage a uma conversa, mesmo que sejam pequenos indícios.

O segundo caso de estudo é sobre um menino, que na época de estudo tinha 5 anos, o qual não apresentava doença ou modificações sofridas pelo organismo resultante de uma doença, mas havia sido encaminhado para tratar de psicose e os pais queixavam de a criança falar rápido e errado. Nesse caso, a fala do paciente se assemelha a melodia da fala infantil, não é com entonação televisiva como o primeiro, e esta parece sorrir para a terapeuta e a encarar. A terapeuta chega à seguinte conclusão em relação à segunda criança:

Só mais tarde pude perceber que tanto olhar quanto sorriso eram gestos estereotipados e ocorriam na presença de quaisquer pessoas. Não significavam, portanto, discernimento por parte da criança. Assim, se no primeiro caso a criança não olhava para ninguém, no segundo havia olhar e sorriso e, mesmo que ambas as situações sugerissem indiferença ao outro, o olhar do segundo paciente foi, de início, interpretado como dirigido a mim (OLIVEIRA, 2006, p. 337).

O que a autora prossegue dizendo é que o paciente apresentava um ritual tanto relacionado aos sorrisos quanto em relação à fala. No entanto, há algo de destaque nesse paciente: ele buscava interditar o outro, conforme análise de uma psicanalista, por gritos, beliscões, choro alto e risos intensos. A autora infere que essa necessidade de parar o outro, de chamar a atenção, tenha sido o meio que o paciente tinha encontrado para suprir o que ele não conseguia fazer com a fala. Neste há uma distinção em relação ao primeiro paciente, pois aquele não era afetado pela fala do outro, apenas reproduzia uma fala “descorporificada” (OLIVEIRA, 2006).

Ainda sobre a segunda criança, esta emitia enunciados inteiros e imediatamente reproduzidos e estes apareciam com ritmos respiratórios descontrolados, caracterizando uma alteração prosódica. Todavia, nesse caso a autora diz que a criança usa duas falas: uma dela e outra da terapeuta, como no exemplo:

¹¹ T está para terapeuta.

¹² P está para paciente.

T: Você pegou minha colher, né moço? Devolve aqui. Dá a minha colher (...)
 Está boa esta pizza
 hein? Muito boa?
 P: Tómi SI (segmento ininteligível)
 T: Brigada! Esse é **pra eu guardar?**
 P: Á?
 T: Eu posso?
 P: **Toma – pá – guai-dá! Toma – pá – guai-dá!**

(OLIVEIRA, 2006, p. 341)

Verifica-se nesse trecho produções ecológicas com alterações morfológicas, mas o paciente, em pequenos espaços, se comunica, ele para apenas de reproduzir a fala do outro. Porém, persistia a “artificialidade”, conforme a autora, em suas produções. No entanto, Oliveira afirma que é nesses momentos de desarticulação que pode existir uma oportunidade para uma análise da ecolalia, ela diz:

É na desarticulação de uma fala que reside a possibilidade de re-articulação pela via da substituição de um elemento por outro e, conseqüentemente, **possibilidade de (re)significação**. Embora essa reflexão tenha que ser desenvolvida em maior profundidade, esses primeiros toques na questão abrem a possibilidade, parece-me, de encaminhamento futuro, nessa direção, sobre o tema da *interpretação* na clínica fonoaudiológica e, acima de tudo, sobre a clínica com crianças ecológicas. (OLIVEIRA, 2006) [grifo nosso]

Compreendemos que essa possibilidade de resignificação que Oliveira (idem) apresenta, represente a essência da definição da metáfora: um signo resignificado no discurso. Este entendimento estaria de acordo com a teoria enunciativa que considera o sujeito no momento enunciativo, quando este se vale da língua e se faz sujeito. Para Benveniste (1991, p. 288), a subjetividade é entendida como “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”.

Essa noção de sujeito tem como condição a linguagem. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego” (idem). Entendemos, pois, que a subjetividade surge no que tange ao aspecto linguístico, fica em evidência a pessoa e sua posição na língua. A língua empresta ao indivíduo condições de se enunciar, isto está para a dêixis, e quando este se apropria desses recursos no momento enunciativo, se constitui como sujeito.

Já no segundo caso abordado, a criança parece querer chamar a atenção com gritos e choro alto, mas mesmo sendo destacada a artificialidade na sua reprodução, há alguns momentos em que se observa a tentativa de se comunicar. É no momento em que o paciente não apenas reproduz na íntegra a fala do outro, mas faz uso da língua individualmente, ou seja, se enuncia, que ocorre o espaço para um maior estudo da ecolalia. Pois no momento em que a pessoa que apresenta ecolalia tenta dialogar, ele mostra a sua subjetividade (VORCARO, 1997.

Outro estudo de caso relevante que é o que nos traz Barros (2013) no seu artigo “A relação entre ecolalia-linguagem e sujeito no autismo: um estudo de caso” sobre um menino autista que apresentava a fala ecolálica. Segundo a autora, o menino, de nome Estênio, de quase 7 anos de idade, é acompanhado pela terapeuta em 42 sessões. Nestas, busca-se achar um deslize da fala ecolálica que a considere como significativa, ou seja, que nela exista a possibilidade de uma linguagem ecolálica.

Nesse estudo, observaremos a perspectiva de existência de uma linguagem metafórica em Estênio, segundo a concepção da metáfora enunciativa, no ponto de vista de Benveniste (1958, 2005). Em um dos recortes do artigo de Barros (2013) temos:

- 1) **Fonoaudióloga:** /.../ Qué que você quer? Essa **caixa**?
- 2) **Estênio:** **Caixa**
- 3) **Fonoaudióloga:** Ou aquele outro jogo?
- 4) **Estênio:** (incompreensível)
- 5) **Fonoaudióloga:** Qual você quer? **A caixa ou o jogo?**
- 6) **Estênio:** **Caixa ou o jogo?**
- 7) **Fonoaudióloga:** Quer qual?
- 8) **Estênio:** Quer qual?
- 9) **Fonoaudióloga:** Qual você quer Estênio, diga. A caixa ou o jogo?
- 10) **Estênio:** O jogo
- 11) **Fonoaudióloga:** O jogo? Certo. Vamos pegar o jogo tá?
- 12) **Estênio:** Tá? (10s)
- 13) **Fonoaudióloga:** Tome o jogo.

A autora nos assegura que nesses recortes há a presença da intertextualidade, ou seja, houve um sentido instituído entre a terapeuta e o menino. Ainda, se observa a aplicação dos estudos postulados por De Lemos, que tratando da aquisição da fala da criança pela especularidade, admite que a mesma se apropria da fala do outro para introduzir o processo de subjetivação, consoante a isso temos que

O movimento realizado pela fonoaudióloga, marcado pelas tentativas de significação da ecolalia parece se aproximar da primeira posição elaborada por De Lemos baseada em suas observações sobre aquisição da linguagem infantil: uma incorporação pela criança de fragmentos da fala do outro, os quais retornarão para uma cadeia/texto e a antecipará como falante. Tal movimento entre o todo e a parte de um discurso é fundamental no que concerne à aquisição da linguagem e, conseqüentemente, ao processo de subjetivação. (BARROS, 2013, p. 10,11).

Notamos que na abordagem que se faz a Estênio, na ânsia de uma resposta, que mostraria, não apenas uma repetição vazia, mas na repetição que houvesse sentido, a terapeuta tem como resposta: “O jogo”. Nesse momento, há uma subjetividade na fala, não uma fala “descorporificada” (OLIVEIRA, 2006, p. 07).

Lembre-mo-nos também do que Barros (2013), citando Lacan, citado por Prado, 1998, nos diz que a fala é dialógica e esta só existe quando se acredita nela, portanto a fala da criança em questão é considerada como indícios de uma linguagem. Diferentemente dos pais dos meninos citados por Oliveira (2006), estes afirmaram que as crianças falavam, mais eram falas vazias, falas que não comunicavam.

Segundo a teoria enunciativa, elaborada por Benveniste, enunciar implica a existência de locutor e alocutário (eu-tu), a situação e os meios linguísticos. Trazendo para o estudo de caso em questão, observamos a existência de uma metáfora enunciativa porque nele se observa o que nos assegura Flores (2013), no momento da enunciação, Estênio, mesmo dentro de uma fala ecológica, a qual não retiramos a sua “rigidez” (BARROS, 2013, p. 11) enuncia um novo sentido ao “jogo”. Naquele contexto enunciativo, a terapeuta pôde verificar uma subjetividade na fala ecológica de Estênio, mesmo na repetição de sua fala.

Ainda citando o estudo de caso de Estênio temos uma outra situação de relevância que nos cita a autora. Nesse contexto, temos a interpretação da mesma sobre a existência de uma subjetividade na fala ecológica de Estênio. Ao considerarmos dessa forma, está em consonância com o que nos diz Benveniste sobre a existência do sujeito na linguagem e que esta se configura por locutor e alocutário. Desse modo, chega-se à evidência de que a presença de sujeito na linguagem ecológica possibilita entendê-la como uma metáfora enunciativa.

Esse outro momento estaria para a canção: “O sapo não lava o pé”, entoada pela criança constantemente durante as sessões e bem apercebida pela terapeuta (BARROS, 2013). Ao sugerir algumas atividades, a criança repetia a música e nessa insistência, foi identificada uma resposta às instâncias para participar de uma atividade: “eu não faço isso, não faço porque não quero” (idem, 12).

Ainda nos valendo do estudo de caso de Estênio (BARROS, 2013) podemos observar que escolha da música era pertinente à sua época e ao contexto em que estava. Benveniste nos diz:

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – **É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto.** Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação (PLG II, p. 82) [grifos nossos]

Lakoff e Johnson (2002) definem metáfora como sendo tão importante como um dos cinco sentidos, pois esta faz parte do cotidiano e seria produzida na fala e no pensamento. Para

novamente, o menino diz: “Não”. Entendemos esse trecho na perspectiva de enunciação que nos diz Benveniste:

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é **ver como o “sentido” se forma em “palavras”**, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. **É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância** (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Benveniste, nesse trecho, ressalta a questão da semantização da língua, ou seja, a passagem da língua para o discurso. Esse processo pode ser entendido da seguinte forma: o “eu” (locutor) apropria-se da língua através dos aspectos semióticos e, faz referência a si, ao “tu” (outro), ao tempo e ao espaço e, nesse ínterim, entra no campo semântico (BENVENISTE, 2006). O semântico advém da “atividade do locutor que coloca a língua em ação” (idem, p. 230).

Para se compreender a questão da semantização, precisamos levar em conta, segundo Benveniste (2006), forma e sentido. A forma estaria para o sintagma e o sentido para a questão pragmática. Depreendemos, segundo Flores (2012) que a semantização é a língua enquanto discurso. No caso de Estênio, observamos que temos os elementos do quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora) e que os procedimentos acessórios (sintagmatização) trazem à tona o sujeito que advém da enunciação, confirmando a particularidade do ato enunciativo. Já a semantização surge como resultante da sintagmação, que está para o ato de enunciar.

Mesmo contrariando a ideia de que a sintagmação é dependente da semantização, a fala ecológica de Estênio apresenta outro sentido, ou seja, o arranjo sintagmático é reproduzido pela criança, porém, esta, mesmo “presa” nessa peculiaridade de fala, lhe atribui novos sentidos. O menino repetia as mesmas palavras, mas, considerando-se os elementos contextuais da enunciação: eu (Estênio), tu (Terapeuta), aqui (lugar da terapia) e o agora (momento da enunciação), notamos que não era apenas uma repetição vazia, como falava Kanner (1947), mas uma outra semantização, uma que comunicava sua falta de interesse de participar naquele momento. Flores nos esclarece:

No dizer de Benveniste (1989, p. 84), em O aparelho formal da enunciação, “a referência é parte integrante da enunciação”. É na e pela enunciação que o “mundo” passa a existir. O mundo de que se fala é o “mundo” daquele que enuncia, sendo extensivo àquele **a quem se dirige e situado em determinado espaço e tempo**. Como toda enunciação está submetida à perspectiva do eu, **ainda que o eu fale do mundo, não deixa de falar de si**: “a atribuição da referência implica um processo-sintagmação-semantização, termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa” (FLORES et al, apud MELLO, 2012, p.69) [grifos nossos]

Outra área em que gostaríamos de analisar a fala ecológica é na Doença de Alzheimer, onde ocorre uma alteração na estrutura dos neurônios, na cognição, na interação e na linguagem. Sobre essa questão temos:

A Doença de Alzheimer (doravante, DA) é clinicamente definida como uma patologia cerebral degenerativa, cuja causa é ainda desconhecida. Ela afeta os níveis superiores de funcionamento cognitivo e é caracterizada por múltiplos déficits que comprometem o funcionamento mental e social do indivíduo. A DA não altera apenas as estruturas neurológicas, mas os processos cognitivos, **a linguagem**, a interação e a organização das práticas sociais cotidianas. (CRUZ, 2008, p. 07) [grifo nosso]

Ao entabular essa tese de doutorado, Cruz (2008) buscava, entre outros aspectos, compreender a repetição ecológica como

capacidade linguístico-cognitiva; as funções da repetição na linguagem em uso dos sujeitos com Alzheimer; as naturezas patológica, funcional e heterogênea das repetições na linguagem das pessoas com Alzheimer e o caráter degenerativo e progressivo da perda sócio-cognitiva na DA (idem, p. 08).

Uma das características da DA é a repetição, a ecolalia, que segundo Cruz (idem) é considerada uma forma automática e seu conceito está baseado em distinções nas produções do falante, estas podendo ser voluntárias ou involuntárias.

Cruz (2008) coleta os dados para sua tese de doutorado “Linguagem, interação e cognição na doença de Alzheimer” em diferentes situações de interatividade. Sua metodologia de pesquisa guiou-se, dentre outros aspectos, pelos registros médicos que constatavam sujeitos com a Doença de Alzheimer.

Segundo Cruz (idem), as repetições são descritas como uma das características da linguagem na DA (Doença de Alzheimer). Uma dessas marcas que constituem um particularidade na DA é a ecolalia, que segundo a autora são vistas como formas automáticas, “cuja definição é feita com base na distinção entre produções voluntárias e involuntárias dos sujeitos” (idem, p. 167). A escritora busca, dentro de uma teorização linguística, abordar a fala ecológica e faz isso sob o ponto de vista da neurolinguística e da neuropsicologia. Cruz nos diz:

Algumas repetições identificadas nas interações entre locutores Alzheimer e não-Alzheimer conferem **um efeito de eco na fala dos sujeitos com DA**. Vejamos alguns exemplos a serem analisados e as discussões que se projetam a partir dessa análise relacionadas às formas como são descritas na literatura neuropsicológica como ecolalias na linguagem dos sujeitos com DA (idem, p. 181, 182).

Para constatar esse efeito de eco na fala dos pacientes com DA, Cruz (2008) emprega em sua tese alguns exemplos de pessoas que apresentam a fala ecológica como sintoma de DA. Usaremos um dos seus exemplos de caso para verificar dentro dessas falas a possível existência de uma linguagem metafórica. O caso que abordaremos é o de MHI do sexo feminino, que recebeu o diagnóstico de Doença de Alzheimer em 2002, quando tinha 68 anos de idade. Os registros de MHI foram feitos entre junho e agosto de 2006. MHI vive desde o diagnóstico com seu filho, sua nora e dois netos, mas tem um cuidador que a auxilia.

As repetições são bastante observadas no convívio entre MHI e seus interlocutores. Esta, na época da pesquisa, era acompanhada por um médico neurologista que lhe deu o laudo de um estágio moderado de DA. No período do estudo de caso, esta tinha 72 anos de idade. E a sua capacidade comunicativa se extinguiu cada vez mais. Nos valeremos então da conversa de MHI e de sua nora, chamada por Cruz (2008) de MAL. Este momento de interação se dará por perguntas e respostas, sendo essas feitas por falantes que não apresentam DA, e estas fornecidas por MHI que tem o diagnóstico de DA.

Interessante ressaltarmos as concepções de Cruz (2008) a respeito da fala ecológica em seu trabalho, posto que seguiremos por outro caminho de análise na linguagem metafórica, mas suas conclusões corroboram para o nosso entendimento da importância da linguagem metafórica na enunciação, onde a pessoa que se vale de tal processo se constitui falante e demonstra a subjetividade, embora esta apareça em uma fala rígida e tida como ecos de fala sem valor de linguagem. Do ponto de vista linguístico, uma fala com alterações semânticas e prosódicas. A autora verificou que a repetição direcionada a que se submetiam alguns pacientes com DA era fundamental para uma atividade de linguagem:

De forma geral, tais análises permitiram verificar que **as funções de coesão e referenciação e interativas da repetição são fundamentais na manutenção e na possibilidade de participação de pessoas com Alzheimer em uma atividade de linguagem**; as dificuldades de memória decorrentes da perda da capacidade de armazenar novas informações (problemas na memória de curto prazo) e a perda da memória semântica podem ser amenizadas pelas propriedades da repetição (retomada e reativação) que permitem manter a informação acessível e ativa na atividade conversacional. (CRUZ, 2008, p. 277) [grifo nosso]

Vejamos então um trecho em que os interlocutores são MHI (DA) e MAL, não-DA (nora de MHI) conversam em casa sobre quem seria um dos membros da família (a filha de Adalto) e os cômodos da residência em que estão.

01 MAL e que- quem é o outro filho do adalto// (.).um
 02 alan e a outra//
 03 (1.1)
 04 MHI a outra é maria\

05 MAL não maria não/
 06 (1.3)
 07 maria num é filha dele\maria é ess-posa
 08 dele\
 09 (0.9)
 10 MHI maria é a esposa dele\
 11 MAL é/ (.) que sou eu eu né/ (.)
 12 MHI é
 13 MAL por acaso sou eu//
 14 MHI m- é
 15 MAL e o- a filha/ (.) quem é//
 16 MHI é:: a filha- num tem filha
 17 MAL não//
 18 (0.9)
 19 que- qui qu- qui- i: aquele quarto ali do
 20 meio//
 21 (1.8)
 22 MHI aque:le qua:rto do me:io/
 23 MAL ali o:h/
 24 (3.5)
 25 MAL de quem que é: u °quarto do meio°//
 26 (1.8)
 27 MHI ts (.) é do alan\
 28 MAL não/ do alan é o último\
 29 (1.3)
 30 MAL esse aqui: é o me:u/ (.) i: o do mei°o°/
 31 (0.7)
 32 MHI do é é: de:
 33 (0.6)
 34 MAL do alan não\ do alan é aquele ú:ltimo lá°oh°/
 35 (1.8)
 36 do meio é da/ i-sa-
 37 MHI isabel
 38 MAL quem que é a filha do adalto então//
 39 MHI isabel
 40 MAL mu:ito bein/ memória tá boa hein
 41 (1.1)
 42 ((risos)).h certo

(CRUZ, 2008, p. 157, 158) [Adaptado]

Como sugerem as perguntas, estas visavam a uma verificação da memória de MHI, sabendo-se que nessa doença, os processos cognitivos são afetados e a fala ecológica vem a ser uma das peculiaridades de DA. Sabemos que a respeito das relações entre linguagem, cognição e interação:

Não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, **nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos**. (MORATO, 1996, 2004) [grifo nosso]

A nora de MHI faz perguntas sobre quem é filho de Adalton e dá indícios de que existe outra filha, a que é retomada a fala ecológica de MHI quando diz: “A outra é Maria” (linha 04).

MAL ainda procede orientando as questões quando diz que Maria é a esposa dele, trecho repetido por MHI como resposta, e retificado pelo verbo ‘é’. Como uma outra tentativa de fazê-la lembrar do nome da neta, a nora silaba a palavra ‘Isa’ e dá entonação de prosseguimento, nesse momento a senhora lembra-se do nome da neta e em uma outra repetição responde: “Isabel”. Dentro desse contexto ecológico, Cruz nos esclarece:

Também foi possível observar que a repetição dos interlocutores não-Alzheimer também exerce papéis importantes na possibilidade mesmo de construção da interação. As repetições desses padrões de pares adjacentes formados por pergunta-resposta mostram como os sujeitos com Alzheimer e seus familiares fazem para construir a intersubjetividade, que é a condição para a manutenção da participação ativa dos sujeitos com Alzheimer nas práticas sociais (CRUZ, 2008, p. 279)

[...]

Ao mesmo tempo, essas interações mostram uma **interdependência enunciativa dos sujeitos com Alzheimer** com relação a seus interlocutores e a essas estruturas locais. Isso se materializa pela repetição tanto das estruturas linguísticas quanto dos conteúdos; repetição essa que é indicativa de alteração decorrente da DA, mas que exerce, localmente, uma função de ativação das estruturas e dos conteúdos linguísticos na conversação, e, globalmente, uma função de coesão da atividade discursivo-interacional. (CRUZ, 2008, p. 279, 280) [grifo nosso]

Esse entendimento de Cruz (2008) está em consonância com a linha da metáfora enunciativa, pois segundo discutimos, o que ocorre nesse processo ecológico é uma transmissão semelhante, um deslocamento que traz uma similaridade dentro do discurso. (BENVENISTE, 1963/1966). E esta leva em conta o ato da enunciação, no qual vemos interlocutores, nesse caso MAL e MHI. Observamos também uma situação, como vimos: a nora dentro de casa, pergunta por membros da família e cita os quartos de alguns. Verificamos também os meios linguísticos, pois nesse caso temos uma pessoa não portadora de DA e outra com DA, esta apresentando uma fala ecológica, conduzida pela outra. Porém, nesse momento de repetição, MHI mesmo apresentando um déficit cognitivo, pela sua fala ecológica, se constitui sujeito, pois quando repete termos, não são mais perguntas de MAL, mas respostas, novos sentidos, novas designações que se estabelecem no momento da enunciação. As concepções enunciativas estão para a assertiva de Cruz:

A ocorrência de **uma repetição que apresenta em sua forma certa rigidez do ponto de vista prosódicoentonacional e que confere um certo efeito de eco à fala dos sujeitos com DA não deve ser analisada isoladamente como uma ocorrência ecológica, mas relacionada à sua funcionalidade interativa e significativa na construção da atividade de linguagem**, à interpretação dada a esta ocorrência pelo interlocutor, a seus efeitos no desenvolvimento da interação e às relações estabelecidas entre aquele que repete, aquilo que repete e aquele que é repetido, ou seja, as contingências

locais e configurantes (ainda que não determinísticas) da interação social.(CRUZ, 2008, p. 281) [grifo nosso].

Essa mesma concepção enunciativa na ecolalia da paciente com DA observamos na transcrição abaixo:

01 MAL é:/ que que a senhora tá **olhando** agora//
 02 (4.1)
 03 MHI tô **olhando** na[da]\
 04 MAL [hu]m/ tá **olhando nada**//
 05 (0.6)
 06 MHI **olhando nada**\
 07 MAL a senhora veio para janela por que então//
 08 (3.1)
 09 hein//
 10 (.)
 11 MHI vim para janela porque eu gosto da janela\
 12 (0.4)
 13 MAL ãn ha:m\ **gosta de vê a vida alheia**//
 14 MHI **gosto de vê a vida alheia**\
 15 (0.7)
 16 MA ((1.2; risos)).hhh
 17 (17.7)
 18 MAL tá **cansada**//
 19 MHI **cansada**\
 20 MAL então descansa um pouquinho\
 (idem, 187) [grifo nosso]

No contexto acima, MHI olha a janela e MAL a pergunta sobre o que estaria olhando. O diálogo se dá por repetições de MHI à fala de MAL, tanto nas respostas dadas, como retomada de respostas de MAL. Mas percebemos que a repetição ecolálica de MHI não é aleatória, mas se apresenta na organização de uma conversa, ou seja, o eco nesse processo, considerado como tendo um caráter automático na fala dos acometidos por DA, apresenta um processo enunciativo por construir uma intersubjetividade nesse processo de interação.

Devemos levar em conta também o momento comunicativo, a circunstância do enunciado. O referente deve ser considerado, pois cada instância discursiva é singular. O conceito de referência em Benveniste é:

a 'referência' da frase é o estado de coisas que a provoca, **a situação de discurso** ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. [...] **Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora das circunstâncias, não compreender o sentido** que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial. (BENVENISTE, 2006b, p. 231) [grifos nossos]

Levando em conta a noção de referente na enunciação, compreendemos que MHI desde o primeiro momento da transcrição anterior, não queria se delongar na conversa, sua linguagem ecológica nos diz isso:

01 MAL é:/ que que a senhora tá **olhando** agora//
 02 (4.1)
 03 MHI tô **olhando** na[da]\
 04 MAL [hu]m/ tá **olhando nada**//
 05 (0.6)
 06 MHI **olhando nada**\
 (idem, 187) [grifo nosso]

O “nada” na fala vem como “no momento eu não quero falar”, repetido por MAL e novamente por MHI. Em seguida a nora a pergunta sobre o que ela foi fazer na janela e lhe ‘dá’ uma ideia perguntando se esta tinha ido ver a vida alheia. Repetido como afirmativo por MHI. Mas, em contrapartida, assim que Mal afirma: “tá cansada”, MHI repete: “cansada”. Entendemos então, que os termos de reclusão como ‘nada’ e ‘cansada’ estão para o que nos diz Oliveira (2011) sobre o poder da síntese que a metáfora traz consigo. Nessa concepção, de acordo com as suas vivências, os falantes desenvolverão metáforas dando origem a uma linguagem que comunica e indica a subjetividade da fala ecológica.

Portanto, após as análises realizadas, inferimos que a fala ecológica pode significar uma linguagem metafórica, desde que não seja analisada de forma isolada, isto é, sem considerar o momento da fala, o contexto, o lugar e os interlocutores. Se há a compreensão de sentido, de uma resignificação na fala, mesmo que essa seja uma fala sintomática como a ecolalia, haveria o processo comunicativo, e, neste, o sujeito atuante, mesmo dentro de uma rigidez do eixo sintagmático. Então, a fala ecolalia pode ser concebida como uma linguagem metafórica, pois comunica e permite que os falantes possam ser compreendidos e melhor tratados. Entretanto, compreendemos que este é o início de uma gama de estudos que pode advir dessa temática.

CONCLUSÃO

Observamos que muitos conceitos são atribuídos à ecolalia. Em Albano (1990), a fala ecolálica surge como uma repetição descontextualizada; em Juralinsky (1993), como uma exclusão do sujeito na linguagem, onde mesmo que se entabulasse um diálogo, a pessoa não reagiria. Kanner (1947) fala de uma repetição vazia, na qual não há possibilidade de uma interpretação. Segundo Oliveira (2006), o falante parece estar sozinho, na repetição patológica, na ecolalia.

Consoante Malta (2006), o inconsciente é uma linguagem e a fala ecolálica seria um sintoma, constituindo uma linguagem metafórica. Porge (2014) defende a ideia de que o estágio de eco é importante para que deste advenha o estágio do espelho, momento importante na aquisição da linguagem. Ainda segundo Malta (idem), se houvesse um deslize nessa fala ecolálica, ali existiria uma forma de ressignificar, ou seja, uma metáfora.

Os estudos de caso são importantes para a concretização da resposta sobre uma linguagem metafórica na ecolalia. Por exemplo, contrariando a ideia de que se fosse proposto um diálogo a uma pessoa com a fala ecolálica, esta não poderia responder, temos o caso de Estênio (BARROS, et al., 2013). Esta criança autista, que apresenta a fala ecolálica enquanto sintoma, respondeu a insistência da terapeuta com uma repetição que a princípio nada comunicava: “O sapo não lava o pé, não lava porque não que”. Negando-se, pela interpretação da terapeuta, a fazer o que esta lhe pedia.

Segundo Flores e Teixeira (2005), a enunciação considera a singularidade da fala do sujeito, ou seja, a fala ecolálica, peculiar dentro de algumas patologias, pode ser considerada quando o falante dela se vale no momento da enunciação.

Quando o falante se apropria da fala de outrem, ele se constitui sujeito, pois ele mesmo se introduz na sua fala. Dentro de um campo discursivo, ele se referencia enquanto falante. Certamente, a enunciação leva em conta o contexto em que surge o enunciado.

Nos casos abordados, vimos situações em que a fala ecolálica cria novos sentidos no texto, seja na repetição que visa a confirmar algo, como MHI (CRUZ, 2008), ou no caso de Estênio (BARROS et al., 2013), que negava a participação sugerida. Ou seja, a linguagem ecolálica comunica. Em comum, os exemplos abordados pareciam tratar de uma fala com alterações na prosódia, na semântica e, em alguns momentos, na morfologia da língua.

Nos casos que estamos destacando, tanto a senhora com DA (CRUZ, 2008), em processo de perda cognitiva e da fala conseqüentemente, quanto Estênio, que tem a fala ecolálica em decorrência do Autismo, se apropriaram da fala do outro para comunicar. Portando, inferimos

que existe uma metáfora na fala ecolálica, pois em ambos os casos, os portadores de ecolalia usaram esta fala para empreender outros sentidos, e, ao fazerem isso, dentro de um processo enunciativo, se constituíram sujeitos. Segundo a teoria de Benveniste, é na linguagem que o falante se faz sujeito, na relação do diálogo, no envolvimento entre interlocutores, no momento enunciativo, dentro de um contexto discursivo. Logo, inferimos, usando como norte a teoria enunciativa, que mesmo nessa fala característica, podemos encontrar uma subjetividade do falante e, essa concepção nos leva a entender a fala ecolálica como pertencente ao processo comunicativo.

Por reconhecermos na ecolalia, mesmo sem desconsiderar a sua rigidez (BARROS et al., 2013), uma fala que não estava aquém ao contexto e que adquiriu novos significados, levando-se em conta o momento da fala e o entendimento entre interlocutores, é possível se perceber uma subjetividade nessa fala, portanto, atribuímos à ecolalia um novo conceito: uma linguagem metafórica. Reconhecemos que futuros estudos devam ser enveredados sob o tema Ecolalia enquanto linguagem metafórica sob a perspectiva da enunciação, por acreditarmos que esse estudo poderá ajudar outros pesquisadores a perceber a ecolalia como um fenômeno com características singulares.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, E.C. (1990). Da fala a linguagem tocando de ouvido. Martins Fontes. São Paulo.
- ARISTÓTELES, De Anima. **Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes Reis**. São Paulo. Ed. 34, 2006.
- _____. Poética. Tradução: SOUZA, E. de. Porto Alegre: Globo, 1996.
- _____. Arte retórica e arte poética. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- ARISTÓTELES. Arte retórica e arte poética. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- Associação Brasileira de Alzheimer. Disponível em: <http://www.abraz.com.br/>. Acesso em 29 de setembro de 2017.
- BARBISAN, L. B. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. In GIACOMELLI, K.; PIRES, V.L. (Orgs). Émile Benveniste: interfaces enunciação & discurso. Letras n 33, jul./dez. 2006, PPGL Editores, UFSM.
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. 6. ed. SP: Cultrix, 1979.
- BARROS, I. B. R.; VILAR DE MELO, M. F. ; CARVALHO, G. M. M. A relação entre ecolalia-linguagem e sujeito no autismo: um estudo de caso. Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), v. 10, p. 244-263, 2013.
- BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- _____. A forma e o sentido na linguagem. (1966) In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006. cap. 15, p. 220-242.
- _____. Coup d'œil sur le développement de la linguistique. In: _____. Problèmes de linguistique générale, 1. Paris: Gallimard, 1966 (p. 18-31).
- _____. (1958). Da subjetividade na linguagem. In: _____. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes, 2005c.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: Problemas de Linguística Geral II. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: Problemas de linguística geral II. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- _____. Os níveis de análise linguística. (1964) In: Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes, 2005. cap. 10, p. 127-140.

_____. Problemas de lingüística geral. 4.ed. Trad: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, vol. I, 1995.

_____. “Da subjetividade na linguagem”, Em: Problemas de lingüística geral. Editora da Universidade de São Paulo, Série 5ª, Letras e Linguística vol. 8. São Paulo, 1976.

BRANGEL, L. M. . A metáfora e a metonímia no significado das cores. In: IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento, 2011, Porto Alegre. Anais do IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 1058-1072.

BRITO, M. C; CARRARA, K. Alunos com distúrbios do espectro autístico em interação com professores na educação inclusiva: descrição de habilidades pragmáticas. Rev. soc. bras. fonoaudiol. [Internet]. 2010; 15(3): 421-429.

CÂMARA JUNIOR, J. M. Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA LIMA, L. Estruturalismo e teoria da literatura. Petrópolis: Vozes, 1973.

CHIAVEGATTO, V. Gramática: Uma Perspectiva Sociocognitiva. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

COIMBRA, R. L. A linguagem metafórica. 1999. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1999.

CRUZ, F. M. Linguagem, Interação e Cognição na Doença de Alzheimer. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2008.

CUNHA, M.A.F.; OLIVEIRA, M. R. & MARTELOTTA, M. E. (orgs.). Linguística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE LEMOS, C. T. G. Uma Abordagem Sócio-Construtivista da Aquisição da Linguagem: um percurso e muitas questões. Anais do Primeiro Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem: 61-76, Porto Alegre, 1989.

DE-VITTO. L. (1995). Sobre a interpretação. Em Caderno de estudo lingüísticos, 9-15, jul/dez, Campinas.

DELFRATE, Christiane de Bastos; SANTANA, Ana Paula de Oliveira and MASSI, Giselle de Atháide. A aquisição de linguagem na criança com Autismo: um estudo de caso. *Psicol. estud.* [online]. 2009, vol.14, n.2, pp.321-331.

DOSSE, François. História do estruturalismo. São Paulo: Ensaio, 1993.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FRANCHI, C. Teoria funcional da linguagem, Tese de Doutorado, IFCH- Unicamp, 1976.

FERNANDES, F. D. M. Ecolalia em Psicoses infantis. Rev Bras. Cresc. Des. Hum. São Paulo, III (2), 1993.

FERNANDES, F.D.M.; PASTORELLO, L.M.; SCHEUER, C.I. Fonoaudiologia em distúrbios psiquiátricos da infância. São Paulo, Lovise, 1995, p. 219.

FERNANDES, F. D. M. Autismo Infantil: Repensando o enfoque fonoaudiológico - aspectos funcionais da comunicação. Editora Lovise, São Paulo, 1996.

FILIPAK, F. Teoria da Metáfora. Curitiba: HDV, 1983.

FOX KELLER, E. "El lenguaje de la genética y su influencia en la investigación". Quark. Ciencia, Medicina, Comunicación y Cultura, 4 (La genética manipulable). 1996. p. 53-63.

FLORES, V; TEIXEIRA, M. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V. Benveniste e o sintoma de linguagem: A enunciação do homem na língua. Letras de Hoje – PUCRS, Porto Alegre, v. 33, n.2, 2007.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 1, p. 143-164, 2009.

FLORES, V. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, E; COLLISCHONN. Língua e linguagem: perspectivas de investigação. Pelotas: EDUCAT, 2011.

FLORES, V. Enunciação e metáfora na linguagem da criança: um esboço de estudo. Revista Prolíngua, Volume 8, número 2, 2013.

GERALDI, J.W. (1995). Portos de Passagem. Martins Fontes. São Paulo.

GIBBS, R.W. Jr. "Figurative thought and figurative language". In M. Gersnbacher (ed.) Handbook of Psycholinguistics. San Diego: Academic Press, 1994.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: Linguística e comunicação. São Paulo. Cultrix, 1975.

JERUSALINSKY, A. Psicose e atismo na infância: uma questão de linguagem. In Psicose. Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Artes Ofícios. Nov/ 1993. Ano IV, n. 9, 1993.

KANNER, L. On Line: Os distúrbios autísticos do contato afetivo, 1943. Disponível em: <http://www.amo.org.br/Kanner1e2.htm>. Acesso em 07/09/2017.

KANNER, L. (1947). Problems of nosology and psychodynamics in early infantile autism. In J. Orthopsychiat, v. 19, p 416 – 426.

KOMATSU, E.; HARRIS, R. (Eds.). Saussure's third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin. Oxford: Pergamon Press, 1993. 196 p.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. Metáforas da vida cotidiana. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LAZNIK-PENOT, Marie-Christine. Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise. Trad. Mônica Seincman. São Paulo: Escuta, 1997. 252 p.

LEMOS, C.T. G. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. **Bol. Abralín**, Recife: Ed. Universidade Estadual De Pernambuco; 1984.

LETRAS UNIP. <http://letrasoquetexto.blogspot.com.br/2013/10/>. Dicotomias Saussureanas. Acessado em 20 de dezembro de 2017.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Trad: Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MALTA, M. L. Explorando a ecolalia como sintoma no autismo: um estudo de caso. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado)

MARQUES, L. M. B. Análise Discursiva da Metáfora: revisitando o estruturalismo saussuriano. Vitória, UFES, 2008.

MELLO, Vera Helene Dentee de. A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

MILANI, S. E. Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Simbolismo na história da Linguística. 2000, 168 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MORATO, E.M. Neurolinguística. In Mussalim, F., Bentes, A. C. (orgs). Introdução à Linguística - domínios e fronteiras. São Paulo : Cortez. v. 2, p. 143-170, 2004.

NEVES, M. H. M. As duas grandes correntes do pensamento linguístico: funcionalismo e formalismo In: _____. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Normand, Claudine. *Convite à linguística*. Org. de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. Trad. de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: contexto, 2009.

OLIVEIRA, M. T. A Diversidade Sintomática na Ecolalia. **Rev Dist da Comum**. 2003.

OLIVEIRA M. T, et al. Ecolalia: quem fala nessa voz? Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem. PucSP ed.São Paulo, 2007.

Oliveira, M. T. Reflexões sobre as falas ecolálicas e a interpretação fonoaudiológica a partir da discussão de dois casos de psicose infantil. *Distúrbios da Comunicação* , v. 14, p. 222-229, 2006.

PEREZ, Luana Castro Alves. "Hiperônimos e hipônimos"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/gramatica/hiponimos-hiperonimos.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

PINKER, S. Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

PORGE, E. Voz do eco. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

REZENDE, T. C. ; BOURJAILE, L ; MIRANDA, J. S. ; BORGES, V. Metáfora: uma ponte entre o cotidiano e a sala de aula.. Linguasagem (São Paulo), Internet, p. p.1 - 15, 15 jun. 2011.

RICOEUR, Paul. La métaphore et le problème central de l'herméneutique. *Revue philosophique de Louvain*, v. 70, n° 5, 1972, pp. 93-112.

RODRIGUEZ, L. O dizer autista. In: ALBERTO, S. (org.). Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 1999, pp. 245-257.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Beinkstein. São Paulo; Cultrix, 1975.

_____. Curso de Linguística Geral. 5ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. Escritos de Linguística Geral. Trad. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVA, A. S. Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva. Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Filosofia de Braga), 2001.

SILVA, A. S. *Linguagem, Cultura e Cognição, ou a Linguística Cognitiva*. In: SILVA, Augusto Soares da; TORRES, Amadeu & GONÇALVES, Miguel (orgs.). Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva. Coimbra: Almedina, vol. I, 2004, pp.1-18.

VEREZA, Solange. Coelho. Novos caminhos para o estudo da metáfora. In: ZYNGIER, Simone, VIANA Vander e SPALLANZANI, A. *Linguagens e tecnologias: estudos empíricos*. Rio de Janeiro: Publit, 2006.

VORCARO, A. **Crianças na psicanálise**: clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud; 1999.

WING, L. (1985). “Crianças a parte: o autista e sua família”, Autismo na década de 80, Sarvier. São Paulo.